





© 2006 Antônio Carlos Cintra do Amaral

Edição e Produção Edições Jogo de Amarelinha

Projeto gráfico e diagramação Rex Design

Capa Cristiane Takeda

Revisão Rita Narciso Kawamata

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Amaral, Antônio Carlos Cintra do Desvio de Rota / Antônio Carlos Cintra do Amaral. -São Paulo: Edições Jogo de Amarelinha, 2006.

ISBN 85-99188-02-X

- 1. Amaral, Antônio Carlos Cintra do, 1932
- 2. Amaral, Antônio Carlos Cintra do, 1932 Prisão
- 3. Arraes, Miguel 4. Brasil História 1964
- 5. Memórias autobiográficas 6. Pernambuco Política e governo I. Título.

06-8359

CDD-923.28134

Índice para catálogo sistemático:

1. Políticos pernambucanos: Memórias autobiográficas 923.28134

Impressão: Arvato do Brasil Gráfica

Todos os direitos reservados ao Autor - 2006

EDIÇÕES JOGO DE AMARELINHA
www.jogodeamarelinha.com.br
amarelinha@jogodeamarelinha.com.br
Tol. Form 11, 2255, 6522

Tel./Fax: 11-3255.6523

Antônio Carlos Cintra do Amaral www.celc.com.br cintradoamaral@celc.com.br

1ª. edição 1ª. impressão

SUMÁRIO PREFÁCIO – UMA GERAÇÃO PROSCRITA 08 OS ANTECEDENTES 11 O ORÁCULO 21 O JANTAR COM ARRAES **26** A CHEFIA DE GABINETE **30** A CAMPANHA DE 1962 **34** A SECRETARIA ASSISTENTE **36** MINHA OUASE CANDIDATURA A PREFEITO DO RECIFE 45 INTERLÚDIO **55** MINHA DATURA A VICE- \cap PREFEITO **59** A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 63 A PRIMEIRA PRISÃO 68 O PERÍODO PÓS-PRISÃO 75 A SEGUNDA PRISÃO 80 MINHA VINDA PARA O SUL **84** UMA DECISÃO DIFÍCIL **87** O ETORNO DO ORA LOGO **98** DIÁLOGO FINAL 110 ANEXOS 119

SOMOS NÓS QUE ESCOLHEMOS NOSSAS ROTAS, OU SÃO ELAS QUE NOS ESCOLHEM?

PARA MEUS FILHOS

LETÍCIA, ALEXANDRE, ANTÔNIO CARLOS, MARCELO E FLÁVIO

E MEUS NETOS

CAROLINA, JOSÉ EDUARDO, HENRIQUE, JÚLIA, ELIZABETH CHRISTINA, LUCAS, CRISTIANA E THAIS

PREFÁCIO UMA GERAÇÃO PROSCRITA

"UMA GERAÇÃO QUE VIA O FUTURO COM OTIMISMO. UMA GERAÇÃO QUE TEVE SUA TRAJETÓRIA POLÍTICA CASSADA."

Este livro relata a experiência de um jovem que exerceu atividade política em Pernambuco, seu Estado natal, dos 27 aos 31 anos. Abrange não apenas o período em que exerceu essa atividade, de dezembro de 1959 a março de 1964, mas também aquele em que sofreu as conseqüências de sua atuação, o que o obrigou a vir para o Sul em novembro de 1965.

O leitor não precisará de muito esforço para imaginar que essa experiência foi comum a uma geração de jovens idealistas, que viam a Política como uma vocação. Uma geração que acreditava em Liberdade, Igualdade e Fraternidade, uns dando mais ênfase à Liberdade, outros à Igualdade, outros, ainda, à Fraternidade.

Uma geração que acreditava na democratização como um processo, não apenas político, mas também social, cultural e econômico. Que via o Estado como indutor desse processo, mas igualmente como resultado dele. Que não acreditava em Estado democrático sem sociedade democrática, nem em sociedade democrática sem organização e participação do povo. TODO PODER EMANA DO POVO E EM SEU NOME SERÁ EXERCIDO.

Uma geração que acreditava que a democracia não se esgotava nas urnas, não se resumia a eleições periódicas. Era mais, muito mais do que isso.

Uma geração que acreditava que o processo de democratização seria conduzido de baixo para cima, com o surgimento de líderes desconhecidos, que estavam à espera apenas de que se lhes dessem oportunidade.

Uma geração que acreditava no desenvolvimento nacional, sem inspiração em qualquer modelo importado, fosse ele de direita ou de esquerda.

Uma geração que via o futuro com otimismo.

Uma geração que teve sua trajetória política cassada. **Uma geração proscrita**.

O autor

OS ANTECEDENTES

"ERA DE ESPERAR-SE QUE VIESSE A TRILHAR DE IMEDIATO A CARREIRA POLÍTICA. (...) NÃO TRILHEI."

Em fins de 1950, ainda estudante secundário, certamente influenciado pelo fato de meu tio, Barbosa Lima Sobrinho, ser Governador do Estado, cargo que também fora ocupado no final do século XIX por meu tio-avô, Barbosa Lima, já acalentava o sonho de dedicar-me à política. O candidato à sucessão de meu tio era Agamenon Magalhães, líder do Partido Social Democrático – PSD em Pernambuco. Meu tio fora eleito em 1947, pelo PSD, partido a que pertencia, mas adotou na eleição a postura de magistrado, já que fracassara sua tentativa de harmonizar as forças em conflito, PSD e União Democrática Nacional – UDN. A neutralidade assumida por meu tio desagradou Agamenon, levando os dois ao rompimento.

A Folha da Manhã, que circulava na época em Pernambuco, pertencia a Agamenon e era dirigida por seu filho, Paulo Germano.

Não lembro exatamente como aconteceu, mas me envaideceu bastante a oportunidade que a *Folha da Manhã* me deu na época, com 18 anos incompletos, de escrever artigos em defesa da candidatura de Agamenon, que tinha como "jingle" (o termo não era usado na época) uma marchinha cujo refrão – lembro bem – era "Na hora agá, Agamenon".

Em setembro de 1950, escrevi dois artigos, o primeiro publicado no dia 2 e o segundo no dia 9, sob os títulos, respectivamente, "Campanha Degradante" e "Viva o Sr. Melquíades Montenegro", que era, ou fora, delegado de polícia e que desferia violentos ataques contra Agamenon, como já havia feito na eleição de 1947 contra meu tio. Não os reproduzo aqui porque somente um adolescente metido a besta teria coragem, como tive, para escrevê-los.

Certamente interessava à Folha da Manhã publicar artigos de um sobrinho do Governador, mesmo se tratando de um adolescente imaturo. Na época, pensei ingenuamente que estava sendo reconhecido meu talento natural.

Mas, justiça seja feita, a *Folha* publicou, em 16 de setembro, outro artigo meu, este defendendo o governo Barbosa Lima, sob o título "Prato Feito". Dispenso-me, igualmente, e pelos mesmos motivos antes mencionados, de transcrever este último artigo, mas,

sendo justo com aquele adolescente que fui um dia, reconheço que havia algumas passagens até razoáveis.

Respondendo a críticas de um amigo meu, provavelmente inventado, de que na democracia não deveria haver legislador que "nada mais faz que receber seu dinheiro no dia do pagamento, pouco se importando com o povo que o elegeu", objetava eu que o legislador era um homem, e que o homem é um ser moralmente imperfeito. Dizia mais: "... temos de convir que a Democracia, no Brasil, tem muito pouco tempo de existência: mal principia a andar. E de quem é a culpa de contar, a nossa Democracia, apenas cinco quando temos 450 anos de descobertos? Somente da Ditadura. Não fosse o longo período de 37 a 45, estaríamos com uma Democracia quase perfeita". Comparando as eleições estaduais de 47 e 50, elogiava o governo pacificador de Barbosa Lima e terminava: "Sirva-se, Agamenon ou João Cleofas. O prato está feito. Agora, é só governar o povo, como ele quer continuar a ser governado: democrática e justiceiramente. Desapareceu o clima de insegurança de 47. Prossiga com a paz e que ela seja duradoura". Muito atrevimento para alguém que não completara 18 anos!

Era de esperar-se que viesse a trilhar de imediato a carreira política. Sobretudo porque ingressei logo a seguir na Faculdade de Direito do Recife. Não trilhei.

Nos anos que se seguiram escrevi vários artigos, publicados no *Jornal do Commercio*. Não eram de

todo ruins. Se fossem, o jornal não os publicaria. Mas salvo uma ou outra exceção, também não eram bons.

Na Folha da Manhã mantive durante alguns anos uma coluna com o título "Um assunto, uma opinião", na página Mundo Estudantil, publicada sempre aos domingos.

Inicialmente, os coordenadores dessa página eram Hélio Ramos, meu amigo e colega de turma e de trabalho na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, e Bento Bugarin, que terminou sendo, com todo o merecimento, Ministro do Tribunal de Contas da União. Hélio morreu em 1954. em pleno vôo, de embolia pulmonar, durante viagem para participar, na qualidade de vice-presidente da UNE - União Nacional de Estudantes, de congresso em Istambul. Na época publiquei artigo em minha coluna, que considero um dos melhores textos que já escrevi. Foi movido a pura emoção. Ao chegar em casa após o enterro de Hélio, minha mãe comentou, com sabedoria: "É bom você se acostumar desde logo a perder amigos". Esse artigo está reproduzido nos anexos do presente relato (Anexo 1), juntamente com discurso que fiz em sua homenagem, em nome da Turma de 1956 da Faculdade de Direito do Recife (Anexo 2).

Meus artigos eram críticos em relação à política universitária. Ela nunca me seduziu. Eu pertencia a um grupo de estudantes de Direito apelidados de "líricos". E me orgulhava disso, o que não era nada pragmático.

Talvez um empurrão me tivesse levado ao jornalismo militante, que na época me fascinava.

Criamos o Movimento Estudantil Socialista de Pernambuco – MESP, sob a liderança de Cláudio Souto, típico intelectual de esquerda, o que continua sendo até hoje, sempre com reconhecido brilho. Dele faziam parte dois dos meus melhores amigos, Antônio Lafetá, falecido em Brasília na década de 1990, e Hilton Rios, que vive hoje no Rio de Janeiro.

A atuação política do MESP foi nula. Limitouse a ser um grupo de estudos sociais. O único fato que vale lembrar foi a campanha que fizemos pela chapa Juarez Távora – Milton Campos, apoiada pelo Partido Socialista Brasileiro. Os comunistas apoiavam a chapa Juscelino – Jango. Não lembro, porém, de nenhum voto conquistado por nós para a referida chapa. Os nossos já estavam assegurados.

Antes, em 1954, acompanhei Barbosa Lima Sobrinho na campanha para o Senado, juntamente com João Cleofas, para governador, e Jarbas Maranhão para a outra vaga de senador. Ainda hoje guardo uma fotografia proferindo meu primeiro discurso político. Não lembro onde foi, nem o que disse, e certamente ninguém perde nada com esse esquecimento. Conheci quase todo o interior de Pernambuco, inclusive o alto sertão. Não visitei todas as cidades porque a campanha sofreu interrupção temporária, quando em Glória do Goitá soubemos, à noite, do suicídio de Getúlio Vargas. Quando os candidatos

finalmente foram visitar as cidades canceladas, por algum motivo, que não lembro qual, não me foi possível acompanhá-los.

Em 1958, voltei a fazer a campanha de Barbosa Lima Sobrinho, desta vez para a Câmara Federal, já que fora derrotado em 1954 para o Senado. Mas a esta altura já me havia formado em Direito, e meu objetivo na época era exercer a advocacia.

Trabalhei no escritório de José Paulo Cavalcanti, renomado civilista pernambucano, durante um ano e meio. Com ele aprendi muito, sobretudo a preocupação com a precisão e a clareza ao escrever, preocupação que tenho ainda hoje, inclusive, ou sobretudo, ao elaborar textos jurídicos.

Mas por algum motivo não deu certo, apesar de conservar a amizade de José Paulo até sua morte, em meados da década de 1990.

José Paulo não costumava fazer advocacia contenciosa. Dedicava-se à atividade jurídico-negocial. E para mim isso era bom porque nunca tive vocação para atuar como advogado forense. Talvez para isso tenha contribuído um episódio que passo a relatar.

Cursando o 4º ano na Faculdade de Direito do Recife, obtive inscrição na OAB como solicitador, o que me permitia advogar em certas causas. Entusias-madíssimo, aluguei uma sala e nela coloquei uma mesa, uma cadeira, um sofá e uma estante.

Certo dia, entrou em meu "escritório" um casal de velhinhos (que provavelmente eram mais mo-

ços do que eu sou agora). Contaram-me uma história comovente.

Moravam eles em um barraco, construído em um pequeno terreno, onde criavam uma vaca, que lhes fornecia leite para alimentação, e um excedente que vendiam nas redondezas. Ao lado, morava um cidadão que tinha uma bela e grande casa de alvenaria e um terreno bem maior do que o deles. Mais: tinha várias vacas.

Em uma dessas noites escuras e tenebrosas, as vacas do vizinho derrubaram a frágil cerca divisória, invadiram seu terreno e – sabe-se lá por quê – agrediram e mataram sua vaca.

Os velhinhos buscavam uma compensação, mas não tinham como pagar advogado, sobretudo agora, que tinham perdido sua fonte de subsistência. Não lembro como chegaram a mim, mas sei que me dediquei com afinco àquele que era meu primeiro caso, ingressando em juízo com uma ação de indenização por perdas e danos.

Marcada a audiência para dali a dois ou três meses, comparecemos unidos, eu e meus constituintes. Após uma espera de cerca de duas horas, fomos chamados. O juiz verificou os autos e deu uma sonora gargalhada. "É o caso do vaquicídio!", gritou ele, atraindo, para minha vergonha, a atenção de todos os que estavam por perto. E acrescentou: "Hoje não tenho tempo para essas bobagens. Marque-se nova audiência". O que foi feito para dali a seis meses.

Ao contar esta minha primeira aventura forense, ocorre-me um outro episódio, relatado pelo jurista italiano Piero Calamandrei em um livro consagrado: Eles, os juízes, vistos por um advogado.

Nos tempos do fascismo, no escritório de um advogado amigo de Calamandrei via-se pendurada uma tabuleta com uma inscrição misteriosa: "NÃO É!".

Quem entrava no escritório ficava curioso. No segundo ou terceiro contato, ganhava coragem e perguntava:

"Advogado, o que significam essas duas palavras?"

A resposta era mais intrigante ainda:

"É uma errata."

"Como assim?"

E vinha a explicação:

"O senhor já viu nas salas dos tribunais aquele escrito que diz 'a justiça é igual para todos'? É um erro de impressão: onde está escrito 'é', deve-se ler 'NÃO É'!"

Naquele dia, o jovem de 22 anos que patrocinava a causa dos dois velhinhos aprendeu, na prática, uma lição inesquecível: NÃO É!

Vamos adiante.

Em agosto de 1959, Miguel Arraes elegeu-se Prefeito do Recife. Arraes era grande amigo do meu tio, tendo sido Secretário da Fazenda no seu Governo.

Na época eu era funcionário burocrático na Faculdade de Filosofia de Pernambuco, integrante da Universidade Federal de Pernambuco. Não estava nada satisfeito com isso.

Elaborei um plano.

Em setembro, tirei férias e fui ao Rio de Janeiro.

Aí começa a história.

O ORÁCULO

"SEI QUE VOCÊ TEM IDEAIS. (...) SEI QUE QUER SER ÚTIL, BUSCAR UM SENTIDO PARA SUA VIDA. SEI TUDO ISSO, MAS NÃO DARÁ CERTO."

Após o jantar, estava tomando as últimas providências para a execução do meu plano, quando alguém bateu palmas no portão. Quem seria a essa hora?

Abri a porta, dirigi-me ao portão e deparei-me com um senhor idoso, que jamais havia visto antes.

"Pois não."

Não se apresentou. Limitou-se a dizer:

"Gostaria de trocar algumas palavras com você. Posso entrar?"

Hesitei, mas a curiosidade me fez concordar.

Ofereci-lhe uma poltrona. Sentamo-nos. Esperei que tomasse a iniciativa.

"Peço-lhe desculpas pela intromissão. Mas não me contive."

Fez uma pausa e continuou:

"Soube que você está pensando em dedicar-se à política. É verdade?"

Quase caí da poltrona. Tinha certeza de que não comentara com ninguém a idéia de exercer atividade política.

Refeito da surpresa, perguntei:

"Como o senhor soube?"

"Não posso revelar."

Após alguns minutos de silêncio, admiti:

"Sim. Estou."

"Pois bem. Vim aqui para dizer-lhe que não o faça."

"Por quê?"

"Porque será malsucedido."

E completou:

"Não por incapacidade, mas por circunstâncias para as quais você não contribuirá, alheias à sua vontade."

"Como o senhor sabe?"

Mais uma vez, a resposta enigmática.

"Não posso revelar."

Como se tivesse lido meus pensamentos, acrescentou:

"Sei que você tem ideais. Sei que pensa que pode ajudar a transformar o Estado onde nasceu e o País. Sei que quer ser útil, buscar um sentido para sua vida. Sei tudo isso, mas não dará certo."

Retruquei:

24

"Admitamos que o senhor tenha razão. Mas pelo menos eu travarei o bom combate."

"Tenho dúvida. Não sei se é bom o combate em que somos derrotados. Será?"

"Mas pelo menos terei tentado."

"De que valem tentativas malsucedidas? Essa maneira de pensar não será típica da imaturidade?"

Já irritado, respondi:

"Admitamos, mais uma vez, que o senhor tenha razão. Que o combate bom é aquele do qual saímos vitoriosos, e que pensar o contrário seja sinal de imaturidade. Mas certamente não gostarei de chegar à sua idade sem haver tentado fazer alguma coisa para mudar a situação. Não pretendo sentir, no futuro, culpa pela omissão no passado. Por falar nisso, o senhor tentou algo nesse sentido alguma vez?"

"Tentei."

"E aí?"

"Fui malsucedido."

"É por isso que está buscando demover-me da idéia?"

"Respeito sua opinião. Aliás, esclareço: você é o único jovem que tenho a certeza de que chegará à minha idade."

"Como sabe?"

"Não posso revelar."

"E o que o senhor pode revelar? Entra em minha casa sem ser convidado, intromete-se em minha vida, e toda vez que se vê encurralado vem com essa frase, 'Não posso revelar'! Não conheço suas reais intenções, mas fique certo de que não recuarei. O senhor conhece a reflexão de Max Weber, de que o homem não conseguiria realizar o possível se constantemente não tentasse realizar o impossível?"

"Conheço. Talvez melhor que você."

"E então? Como ousa vir aqui tentar afastarme do bom combate e chamar-me de imaturo?"

Suspirou, como se estivesse desanimado, e perguntou:

"Quer dizer que porá em prática sua idéia?"

"Certamente que sim!"

Levantou-se, apertou-me a mão e terminou:

"Ainda bem!"

Saiu como chegou. Misteriosamente.

O JANTAR COM ARRAES

"ELE OLHOU PARA MIM, PROVAVELMENTE SURPRESO PELA PRESTEZA DA RESPOSTA E OUSADIA DO PLEITEANTE."

Fui ao Rio nas asas da Panair, como na música de Milton Nascimento, cantada por Elis Regina na década de 1970.

Lá chegando, procurei meu tio e expus-lhe francamente o que estava pretendendo. Queria exercer atividade política e vislumbrava um caminho viável: participar do governo Arraes. Mal o conhecia, não havia participado de sua campanha, mas tinha afinidade de idéias com ele e o conjunto de forças que o elegera. O que ele achava?

Por coincidência, Arraes ficara de jantar em sua casa nos próximos dias. Meu tio me sugeriu que comparecesse ao jantar. Ele falaria com Arraes na minha presença. Foi o que fiz.

28

Terminado o jantar, e tomado o cafezinho, ainda na mesa meu tio provocou o assunto, dizendo a Arraes que seria de seu agrado que eu participasse do governo dele. Isso equivaleu a uma indicação.

Arraes, da outra extremidade da mesa, olhoume, provavelmente meio cético, e indagou para qual cargo eu me julgava habilitado.

Já me havia preparado para essa pergunta. Gostaria de exercer o papel de articulador. Não hesitei e respondi: "Chefe de Gabinete".

Ele olhou para mim, provavelmente surpreso pela presteza da resposta e pela ousadia do pleiteante.

Nada falou. Meu tio convidou-nos para sentar no terraço de trás e a conversa sobre política continuou. Eu apenas escutava.

Voltei para o Recife e fiquei quieto, esperando. Não recebi sinal de Arraes. Absolutamente nada! Os jornais especulavam sobre seu secretariado. Até a data da posse do Prefeito, meu nome não apareceu uma única vez nas especulações. O favorito para ocupar a Chefia do Gabinete era, curiosamente, Jorge Carneiro da Cunha, advogado formado onze anos antes de mim, e que eu mal conhecia. Digo curiosamente porque quando vim para São Paulo, após o Golpe, trabalhei com ele vários anos, na Asplan, na Negepar e na Planasa. Tornamo-nos grandes amigos, até sua morte, em 1986. Senti muito sua perda e relembrei as palavras de minha mãe quando da morte de Hélio Ramos.

No dia da posse de Arraes, os jornais divulgaram a lista de seus auxiliares. Chefe de Gabinete: Antônio Carlos Cintra do Amaral.

Quem seria esse cidadão?

A perplexidade foi geral. Inclusive minha, porque já não mais esperava a nomeação.

No dia seguinte assumi o cargo, aos vinte e sete anos, recém-completados.

A CHEFIA DE GABINETE

"FOI DIFÍCIL, NO INÍCIO, O RELACIONAMENTO ENTRE NÓS. ELE ERA FECHADO, OLHAVA, OUVIA E NÃO FALAVA. DE MINHA PARTE, EU TAMBÉM OLHAVA, OUVIA E NÃO FALAVA. DIÁLOGO DE MUDOS."

Assumi o cargo de Chefe de Gabinete sem ilusões. Eu não conhecia Arraes, nem ele me conhecia. Minha nomeação resultara de uma indicação de meu tio, por quem ele tinha amizade e a quem dedicava lealdade.

Foi difícil, no início, o relacionamento entre nós. Ele era fechado, olhava, ouvia e não falava. De minha parte, eu também olhava, ouvia e não falava. Diálogo de mudos. Aprendi muito com Arraes.

Cerca de três meses após, Carlos Koblitz, presidente da Compare – Companhia de Abastecimento do Recife, amicíssimo de Arraes a ponto de sair de São Paulo para ajudá-lo na Prefeitura, convidou-me para ser Diretor-Administrativo da empresa. Fiquei satis-

feito com o convite. Por um lado, porque significava o reconhecimento de algum mérito meu por parte de Koblitz. Por outro, porque jamais tivera qualquer sinal de que Arraes estivesse satisfeito com meu trabalho. Se fosse para a Compare, iria por mérito próprio, e não por indicação de alguém, pensei eu.

Respondi a Koblitz que muito bem, aceitaria o convite desde que Arraes me liberasse da chefia do gabinete. E que ele, amigo íntimo de Arraes como era, se encarregasse dessa liberação.

Passaram-se alguns dias. Em um final de tarde, Carlos Duarte, Presidente da Câmara Municipal, chamou-me a uma varanda do prédio da Prefeitura, à beira do Capibaribe, e disse-me que Arraes estava preocupado. Soubera que eu estava pretendendo ser Diretor-Administrativo da Compare e ele gostaria que permanecesse na chefia do gabinete. Respondi-lhe de imediato que, se Arraes desejasse, ficaria na chefia do gabinete.

Fiquei.

A partir daí, passei a ser Chefe de Gabinete do Prefeito Miguel Arraes por escolha deste, e não mais por indicação do meu tio.

Uma das funções do Chefe de Gabinete era representar o Prefeito em solenidades às quais ele não podia comparecer. Cedo percebi que essa função era muito importante, pelo que nunca a delegava a oficiais de gabinete. Comparecia a clubes carnavalescos e esportivos, igrejas, terreiros de umbanda, colégios,

faculdades, associações de bairro, sindicatos, enfim, a uma infinidade de lugares. Raro o fim de semana em que não tinha dois ou mais compromissos. Com isso passei a ser conhecido no Recife e a conhecer a cidade como a palma da minha mão.

Passei a ter contato direto com a miséria do povo do Recife. E minha convicção socialista democrática, que a rigor era meramente teórica, passou a ter base concreta na realidade social do nordeste, que me provocaria maior impacto ainda quando vim a ocupar, poucos anos após, a Secretaria Assistente do Governo do Estado.

Era para mim angustiante visitar os mocambos, construções toscas erguidas nos alagados. As crianças, nuas ou quase nuas, de barrigas crescidas pela doença, vivendo praticamente dentro d'água. Quando subia os morros, sentia alívio. Eram moradores igualmente marcados pela pobreza, mas pelo menos viviam em casebres erguidos sobre terrenos sólidos.

Meus autores favoritos eram Bertrand Russell, Harold Laski e Karl Mannheim. Os dois primeiros influenciaram minha formação política. Mannheim, minha formação sociológica.

Acreditava piamente que "o mundo marchava para o socialismo".

Não marchou.

A CAMPANHA DE 1962

"NOS COMÍCIOS A QUE ARRAES NÃO PODIA COMPARECER, EU FALAVA EM NOME DELE. TAL A AFINIDADE E A CONFIANÇA RECÍPROCA QUE MANTÍNHAMOS."

Arraes foi candidato a Governador do Estado em 1962. Eu me afastei da Prefeitura para dedicar-me a sua campanha.

Nos comícios a que Arraes não podia comparecer, eu falava em nome dele. Tal a afinidade e a confiança recíproca que mantínhamos.

Falava também em nome de meu tio, Barbosa Lima Sobrinho, candidato ao Senado mais uma vez. Meu tio enfrentou o poder econômico. José Ermírio de Moraes deslocou-se de São Paulo para ser candidato em Pernambuco, onde nascera. O outro candidato era Pessoa de Queiroz, dono do grupo *Jornal do Commercio*, que congregava jornais, rádio e televisão.

Meu tio perdeu. Arraes ganhou.

A SECRETARIA ASSISTENTE

"EU ACREDITAVA
QUE CONSEGUIRÍAMOS
FAZER AS CHAMADAS
REFORMAS DE BASE (...).
HOJE, SEI QUE ERA
UMA ILUSÃO. NA
ÉPOCA, FOI UM IDEAL."

Eleito, Arraes viajou ao Sul, em férias. De volta, chamou-me para uma reunião.

Após vários rodeios, entendi que ele queria saber o que preferia ser no seu governo: Secretário do Governo ou Secretário Assistente, que era uma espécie de secretário do trabalho. Percebi que ele preferia nomear-me Secretário Assistente.

Respondi de pronto: Secretário Assistente. Era igualmente minha preferência.

E fui nomeado, aos 30 anos de idade.

Hoje, analisando o que se passou, verifico que peguei o rabo do foguete. O Secretário Assistente tinha por função mediar conflitos entre patrões e empregados, quer na cidade, quer no campo. O trabalho era árduo. O governo estava empenhado em cumprir a Constituição e a Lei. Mais fácil seria, como tinha sido até então, usar a polícia. A delegacia auxiliar, como era chamada no Governo Arraes a delegacia de ordem política e social, era ocupada pelo paraibano Francisco Souto. Trabalhávamos juntos. Éramos verdadeiros pára-choques. Tornamonos grandes amigos em São Paulo, trabalhando novamente juntos, desta vez como advogados. Foi morar em João Pessoa na década de 1990, onde faleceu, paradoxalmente vítima de um assalto.

Conto um episódio curioso. Meu assessor imediato era Fernando Mendonça Filho, meu amigo, um pouco mais moço do que eu. Certa vez, Alarico Bezerra, figura folclórica em Pernambuco, procurou a Secretaria Assistente para mediar um conflito com os trabalhadores em sua propriedade rural. Encarreguei Fernando Mendonça de ir ao local falar com os trabalhadores. Alarico procurou Arraes e queixou-se: "Isso é governo de Estado ou jardim de infância?".

Eu acreditava que conseguiríamos fazer as chamadas reformas de base dentro da ordem democrática. Tinha a consciência de que nos cabia cumprir a ordem jurídica. Só isso: cumprir a ordem constitucional e legal vigente no país.

Hoje, sei que era uma ilusão. Na época, foi um ideal.

Para ilustrar meu pensamento e minha ação como Secretário Assistente, incluo, anexa, a conferên-

cia que pronunciei no Instituto Joaquim Nabuco, em maio de 1963. A sessão foi presidida pelo então Comandante do IV Exército, General Humberto Castelo Branco, que veio a tornar-se Presidente da República (Anexo 3). Essa conferência foi publicada, sem minha revisão, em 1965, quando já estava alijado da vida pública.

Recordo que foi de tensão o clima imperante nos debates que se seguiram à minha conferência. Um dos debatedores foi Marco Maciel, na época estudante universitário, que depois veio a ser Senador, Governador e, mais recentemente, Vice-Presidente da República. Essa tensão era explicável. O Governo Arraes deu, ao problema social, tratamento democrático. Nota-se, no texto da conferência, uma forte influência do pensamento de Karl Mannheim.

Recentemente, passei a escrever contos, que não sei ainda se irei publicar. Um deles está inspirado na época em que fui Secretário Assistente. Tem o título "Zemaria", personagem imaginário, e mistura ficção e realidade. Termino este capítulo com a transcrição desse conto:

Ao chegar em casa, servi-me de uma boa dose de uísque com soda, peguei uns queijos saborosos e sentei-me à frente da TV para assistir, pelo canal pago, a um jogo de futebol da Copa dos Campeões da Europa.

Mal havia ligado a TV, tocou a campainha da porta. Tentei imaginar quem seria. Não es-

perava nenhuma visita. Aliás, diga-se de passagem, quase nunca espero.

Abri a porta. Diante de mim estava um homem de cerca de trinta e poucos anos, humildemente vestido, calçando alpercatas.

Perguntei-lhe o que desejava. Indagou, com ar e voz tristonhos:

"O senhor se lembra de mim?"

Respondi-lhe honestamente que não. Que nunca o tinha visto na vida.

"Eu sou o Zemaria."

A menção ao seu nome não me acrescentou nada.

"Eu participei com o senhor de umas três ou quatro reuniões, já há algum tempo."

"Quando?"

"Há pouco mais de quarenta anos."

Indaguei, surpreso:

"Quantos anos você tem, Zemaria?"

"Trinta e cinco, doutor."

"Se você tem trinta e cinco anos, como podemos ter-nos encontrado há quarenta?"

Pensei, já com certa intranquilidade, que estava diante de um louco.

Respondeu-me:

"Porque já morri, doutor."

Continuei a raciocinar com base na lógica. Ou ele era um louco ou um fantasma. E em fantasmas não acredito.

Como se lesse meu pensamento, acrescentou:

"Isso mesmo, doutor. Sou um fantasma."

Fitei-o nos olhos. Não percebi nenhum sinal de ameaça. A curiosidade suplantou o medo e convidei-o:

"Você quer entrar? Gostaria que me explicasse melhor essa história."

Levei-o até a sala de estar e ofereci-lhe um uísque. Respondeu-me que não. Ofereci-lhe queijo. E esclareci:

"O uísque é escocês, de doze anos, e o queijo é brie, importado."

Insisti. Respondeu-me novamente que não. Perguntei-lhe por quê.

"O senhor está me decepcionando, doutor. Deveria saber que fantasmas não bebem nem comem."

Novamente senti uma vaga inquietação. Controlei-me e perguntei:

"Por que um fantasma vem me procurar?"

"Para conversar."

"Sobre o quê?"

"Sobre o que o senhor me disse há quarenta anos."

E contou-me a razão de sua visita. Disseme que havia participado comigo de três ou quatro reuniões, em que me relatara que os

patrões da região em que trabalhava no campo submetiam, ele e seus companheiros, a um regime de trabalho subumano. Sequer pagavam salário mínimo. E que ele e mais dezenas de outros trabalhadores estavam dispostos a organizar-se para lutar por seus direitos.

Disse-me, mais, que eu lhe havia afirmado que reconhecia nele um líder nato e que o incentivara a agir. Que ao lado deles estava aquele negócio, "Como é mesmo, doutor?"

"A Constituição."

Isso mesmo! E ainda acrescentara que a polícia não iria persegui-los e espancá-los, porque sua função no regime, "Como é mesmo, doutor?"

"Democrático."

Isso mesmo! A função da polícia no regime democrático era a de proteger os cidadãos diante da violência dos mais fortes e de assegurar a liberdade de todos para fazer cumprir a tal da Constituição.

"Lembra-se, doutor?"

Comecei a lembrar-me.

"Só que a polícia mudou, doutor. De um dia para o outro ela começou a perseguir-nos, eu fui preso, torturado e morto."

Fiquei em silêncio.

"Deixei viúva e um casal de filhos. Eles passaram necessidades. Suas vidas pioraram.

Minha filha cresceu, foi para a capital e prostituiu-se. Meu filho, assim que completou dezoito anos subiu no pau-de-arara e mandou-se para o Sul. Começou como bóia-fria, terminou como marginal. Foi preso e torturado pela polícia, e assassinado por seus companheiros de prisão. Entende agora, doutor, por que vim procurá-lo?"

Cada vez mais inquieto, respondi-lhe que não, que não conseguia atinar para a razão de sua visita.

Destacando bem as palavras, falou:

"Eu vim acusá-lo, doutor, de me ter vendido uma ilusão!"

Levei alguns momentos para recobrar o autocontrole. A seguir, ponderei:

"Zemaria: não vendi a você uma ilusão. Simplesmente transmiti-lhe uma ilusão que eu próprio havia comprado. Na época, Zemaria, eu estava convicto de que o mundo seria melhor, e que isso dependeria de homens e mulheres como você, organizados e liderados por quem viesse a emergir da própria sociedade. Hoje eu sei que era uma ilusão, Zemaria, mas naquela época era um ideal."

"Doutor, eu sei que o senhor tem cinco filhos. Como eles se criaram?"

"Zemaria, minha vida talvez tivesse sido melhor se eu não houvesse comprado aquela ilusão.

Mas não posso reclamar. Todos os meus filhos cursaram os melhores colégios e as melhores faculdades. Dois deles se graduaram duas vezes e um é pós-graduado. Eu mesmo sou pós-graduado, e renomado no que faço profissionalmente."

"É isso aí, doutor. O senhor vê: por isso é que vim aqui acusá-lo de me ter vendido uma ilusão!"

Levantou-se, desejou-me boa-noite e simplesmente desapareceu...

MINHA QUASE CANDIDATURA A PREFEITO DO RECIFE

"(...) EM NENHUM
MOMENTO ARRAES
ME DISSE QUE EU
ERA SEU CANDIDATO
PREFERENCIAL A
PREFEITO. CREIO QUE
ERA. MAS NÃO TENHO
CERTEZA."

A Frente do Recife aglutinava os partidos chamados progressistas. A eleição para Prefeito e Vice-Prefeito estava marcada para agosto de 1963. O candidato natural da Frente era o engenheiro Pelópidas Silveira, do Partido Socialista Brasileiro – PSB. Homem de estatura moral e política incomum, já havia sido Prefeito duas vezes. Não queria candidatar-se. Com essa atitude criou-se um vácuo. Vários foram os candidatos a candidato. Sobraram dois: eu e o deputado federal Arthur Lima Cavalcanti, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, que havia sido Vice-Prefeito na gestão de Arraes.

Nunca cheguei a ingressar em um partido político. O mais próximo disso foi quando participei

do MESP, que era de certa maneira ligado ao Partido Socialista Brasileiro – PSB, embora não fosse a ele vinculado. Minha candidatura aglutinou várias forças de esquerda.

Estávamos no mês de junho e não se definia o candidato da Frente do Recife. Criou-se um impasse. Nenhum dos dois candidatos era suficientemente forte para impor-se ao outro.

Estava passando um feriado prolongado no interior quando recebi um chamado de Arraes. Voltei ao Recife e dirigi-me ao Palácio do Governo.

Arraes expôs-me sua visão do problema das candidaturas. Para ele, a candidatura de Pelópidas era inevitável. Só ele poderia ganhar a eleição.

Abro um parêntese para dizer que em nenhum momento Arraes me disse que eu era seu candidato preferencial a Prefeito. Creio que era. Mas não tenho certeza. Fecho o parêntese.

Disse-me, mais, que a solução seria minha renúncia à candidatura, fazendo um apelo a Pelópidas para entrar na luta como candidato natural que era. Note-se que Pelópidas havia publicamente apoiado minha candidatura, mediante pronunciamento que se encontra na parte final deste relato (Anexo 4).

Concordei com sua análise, mas discordei quanto à renúncia. Ponderei que depois de vários meses disputando a candidatura, recebendo o apoio de tantas organizações e personalidades, seria suicídio político renunciar à candidatura sem mais nem menos. Sugeri

que ele fizesse de público um apelo aos dois candidatos para retirarem suas candidaturas em benefício da de Pelópidas. Eu imediatamente atenderia a esse apelo.

As duas declarações foram publicadas juntas. A de Arraes, lançando a candidatura de Pelópidas, e a minha, abrindo mão da candidatura em favor da dele. Transcrevo minha declaração:

Minha indicação à Frente do Recife, como candidato a Prefeito, foi levantada e defendida, com o maior empenho, por associações de bairro, sindicatos operários, associações do funcionalismo público civil e militar, estudantes e ponderáveis setores da classe média, à qual pertenço. Foi fortalecida com o apoio do Partido Trabalhista Nacional e do Movimento Trabalhista Renovador e com o pronunciamento de líderes de grande prestígio, entre os quais o dr. Pelópidas Silveira. Não a pleiteei, nem me insinuei como candidato. Fui investido de uma honrosa responsabilidade política, que venho exercendo com todas as minhas forças e por todos os meios honestos, inclusive indo à praça pública para o debate franco com o povo do Recife.

O apoio de tantos setores de opinião constituiu uma mobilização de forças, interessadas em propagar uma mensagem nova, da qual minha indicação serviu de mero instrumento.

Sempre soube, portanto, que não me cabia assumir posições personalistas, próprias de homens que não compreendem o verdadeiro papel que todos exercemos numa sociedade que marcha a passos largos para a completa democratização.

Essa indicação, fortalecida dia a dia pela receptividade popular à mensagem que representava, não conseguiu ainda, por motivos que não cabe apreciar neste momento, reunir o apoio de todos os dignos companheiros da Frente do Recife. O governador Miguel Arraes, entendendo que, a menos de 60 dias das eleições, o povo reclama de nossa parte uma decisão definitiva, dirigiu um apelo, a todos nós, no sentido de unificar a Frente em torno do nome do dr. Pelópidas Silveira. A esse apelo, não poderia faltar. Em primeiro lugar, sempre entendi que a unidade de nossas forças é necessária ao fortalecimento da obra administrativa e política do atual Governo do Estado. Em segundo lugar, tenho afirmado em todas as ocasiões meu respeito pelo dr. Pelópidas Silveira, que, por sua capacidade administrativa e sua autoridade moral, política e ideológica, é alvo da confiança de todos para governar nossa cidade mais uma vez.

Tinha a obrigação, porém, de submeter esse apelo à consideração das forças que me apoiaram. Foi o que fiz, nelas encontrando unânime concordância. Resolvi, portanto, tomar a decisão, o que faço neste momento, apoiando, com entusiasmo, a candidatura do dr. Pelópidas Silveira.

Não estou assumindo uma posição unilateral. Por um lado, comuniquei previamente, por um dever de lealdade, a decisão tomada ao meu amigo Arthur Lima Cavalcanti, com quem mantenho e faço questão de manter as mais cordiais relações, jamais prejudicadas pelo debate democrático que mantivemos. Por outro lado, sei que esse também é o seu pensamento, expresso em várias ocasiões, inclusive em declarações por ele prestadas, há alguns dias, a um jornal da capital, quando fazia apelo ao dr. Pelópidas Silveira para aceitar sua candidatura de união.

Se essa posição não é unilateral, tampouco constitui deserção da luta. Nela estou engajado desde os tempos de estudante e nela continuarei com a mesma decisão, quer como Secretário de Estado, quer como professor universitário. É a luta por uma sociedade nova, forjada na transformação profunda da estrutura social e econômica. É a luta por uma democracia autêntica, baseada na real participação das maiorias populares no poder político e econômico. É a luta pela liberdade, não apenas a mera liberdade de pensar e expressar o pensamento, mas sobretudo a liberdade de transformar, a liberdade de construir uma ordem nova, a liberdade de eliminar privilégios. É a luta contra a exploração de nosso país pelos monopólios estrangeiros. É a luta pela reforma agrária e pelas demais reformas de base. É a luta, enfim, de todo um povo que está disposto a conquistar – e conquistará – a verdadeira liberdade, que lhe tem sido negada no Brasil, por um estranho paradoxo, através da violência e em nome da democracia.

Após agradecer a todos que apoiaram minha candidatura, terminei conclamando-os a participar ativa e decisivamente da candidatura Pelópidas Silveira.

Dias após, Arthur Lima retirou sua candidatura e Pelópidas aceitou a convocação.

Não demorou muito e Arraes chamou-me a seu gabinete, na ala residencial do Palácio do Governo. Disse-me que Pelópidas estava fazendo questão de minha candidatura a Vice-Prefeito, mas que a seu ver o candidato deveria ser do Partido Social Democrático – PSD, a fim de ampliar a Frente. Sugeriu-me fazer uma declaração pública dizendo que não aceitaria a candidatura a Vice-Prefeito.

Mais uma vez concordei com sua análise, mas ponderei que Pelópidas não me havia falado nada sobre o assunto, que eu estava totalmente fora das demarches (com a desistência de minha candidatura a Prefeito não participara mais de reuniões da Frente) e que ficaria no mínimo estranho dizer de público que não aceitaria uma candidatura que não me fora oferecida. Autorizei-o a dizer a todos os integrantes da Frente, inclusive Pelópidas, que não pretendia ser candidato a Vice-Prefeito. Preferia ficar na Secretaria Assistente. Não poderia dizer que não aceitaria a candidatura, mas poderia dizer que não a estava pleiteando, o que era diferente.

Notei que essa postura o desagradou.

Não sei o que ocorreu depois. O certo é que terminei candidato a Vice-Prefeito. A versão que ficou para a História é que fui candidato de Arraes. Não fui. Paradoxalmente, talvez tivesse sido candidato de Arraes a Prefeito, mas não fui seu candidato a Vice-Prefeito. Ao contrário: minha candidatura não o agradou.

No começo de agosto, recebi uma carta de meu tio, Barbosa Lima Sobrinho, com quem mantinha correspondência regular, carta que muito me honrou. Guardo essa carta até hoje, como de resto todas as que dele recebi na época. Transcrevo a parte em que se referia a minha conduta:

Rio, 7-8-63

Antônio Carlos:

Estou acompanhando de perto, e com o maior interesse, a sua campanha e a sua ascensão na vida política de nosso Pernambuco. Tudo está a indicar que a sua eleição para Vice-Prefeito é a mais provável de todas. Não creio

que o Lael supere o Pelópidas, numa luta entre dois candidatos. Na hora de votar, os bairros pobres preponderam e 60 a 70% em algumas zonas, quando muito, não chegam para cobrir 80 e 90% de outras.

Você se saiu muito bem de todos os entreveros, agindo com bom senso e desprendimento. Não deu a ninguém a impressão de um carreirista, o que talvez não seja um fator favorável ao êxito, embora seja uma recomendação pessoal de alto quilate. A vida política brasileira está cada vez mais aberta aos carreiristas, aos candidatos de si mesmo, como Você está vendo no páreo presidencial, com os três candidatos em campanha, cada qual pior que o outro.

Quando Você me comunicou que havia desistido em favor de Pelópidas, telefonei a João Mangabeira, que me declarou que era um gesto de alto sentido, suficiente para caracterizar um político de boa estatura e um patriota sincero, revelando o homem político que luta por ideais e não pela conquista de postos. Eu, aliás, sempre acreditei que a candidatura Artur Lima iria impor a solução Pelópidas, como condição para a unidade da frente popular e também não achei possível que o Arraes admitisse, pelo menos nesta hora, a quebra dessa unidade da frente popular, de que ele tanto

precisa. Mas Você é muito moço e ganhou experiência e prestígio, tornando-se mais conhecido e impondo-se à confiança geral. São títulos e elementos de primeira ordem para o futuro, sobretudo se considerarmos que Você está mais no grupo dos candidatos que se impõem, dos que são procurados, e não dos que se inculcam e dos que forçam posições.

A seguir, passava a assuntos de caráter pessoal e familiar e terminava: "Abraça-o afetuosamente o tio Alexandre".

João Mangabeira era o presidente nacional do Partido Socialista Brasileiro, a que meu tio estava filiado.

INTERLÚDIO

"(...) ACHO QUE ESTOU REALIZANDO MEUS IDEAIS. CONFESSO-LHE QUE ESTOU CADA VEZ MAIS ANIMADO."

Em uma manhã de domingo, de muito sol como costuma ser no nordeste, bateram à porta de minha casa. Ao abri-la, deparei-me com um senhor, cuja fisionomia não me era desconhecida. Não consegui lembrar, porém, onde e quando o vira antes.

Indagou-me se poderia entrar, e mesmo antes de minha resposta entrou e aboletou-se no sofá. Como se tratava de alguém que tinha pelo menos o dobro de minha idade, abstive-me de reclamar. Aprendera a respeitar os idosos, sobretudo os muito idosos como ele.

"Satisfeito?"

"Com o quê?"

"Com sua vertiginosa ascensão política?"

"Não entendi a razão de sua pergunta."

"Lembra-se de mim?"

"Sinceramente, não."

"Eu o visitei há cerca de quatro anos."

Passei a lembrar. Fora ele quem me visitara em setembro de 1959 e tentara demover-me da idéia de dedicar-me à política. Reconstituí mentalmente a conversa que tivemos na ocasião e respondi:

"Sim. Lembro."

"Certamente você deve estar tentando imaginar a razão desta nova visita."

"Veio desculpar-se?"

"Não. Ia passando por aí e decidi entrar para ver como você estava."

"Estou muito bem! Melhor ainda agora, ao recordar que mantive o otimismo diante de sua premonição derrotista."

"Julga-se vitorioso?"

"Não, mas acho que estou realizando meus ideais. Confesso-lhe que estou cada vez mais animado."

Fiz uma pequena pausa e acrescentei:

"Vou contar-lhe um episódio. Na minha posse na Secretaria Assistente, recebi os cumprimentos de um procurador de autarquia federal no Rio de Janeiro, que veio especialmente para a posse do Governador. Ao abraçar-me, disse ele que, com a experiência de alguém com o dobro de minha idade, tomava a liberdade de dar-me um conselho. Que trabalhasse com afinco, a fim de desenvolver meu potencial. Andara ouvindo opiniões favoráveis a meu respeito."

"Quer dizer que se sente confiante?"

"Sim! O senhor vê como é bom tentar realizar o impossível, como diz Max Weber. Estou certo de que chegarei à sua idade para ver meus filhos e netos vivendo em pleno regime democrático. Democracia política, social, cultural e econômica."

Olhou-me esquisito e comentou:

"Chegar à minha idade, certamente chegará. Quanto ao resto..."

Levantou-se, despediu-se e foi embora

MINHA CANDIDATURA A VICEPREFEITO

"NAQUELA ÉPOCA NÃO TINHA MARQUETEIRO PARA ME DIZER QUAL EMBALAGEM DEVERIA USAR. EU ERA EU MESMO."

Naquela época a eleição era descasada, ou seja, o eleitor podia votar no Prefeito de uma chapa e no Vice-Prefeito de outra.

Houve dois candidatos a Prefeito: Pelópidas e Lael Sampaio. E três a Vice-Prefeito: eu, Augusto Lucena, deputado estadual, e Barreto Guimarães, que igualmente era político veterano. Eu na chapa de Pelópidas, Lucena na de Lael, e Barreto Guimarães candidato autônomo pelo PSD.

Os recursos eram parcos. Fazia comícios, geralmente seis a oito por dia, em carrocerias de caminhões e camionetas, palanques e até mesmo subindo em caixotes à porta de fábricas, às seis da manhã.

Não recebi nenhum apoio governamental, e

se me oferecessem não aceitaria. Utilizei meu automóvel particular, um velho Austin, modelo 1951, que adquirira de um dos meus cunhados. Algumas pessoas de minha família me deram contribuições para a campanha, que foram úteis para arcar com pequenas despesas, como gasolina e motorista. É curioso que várias versões históricas me descrevam como candidato imposto por Arraes, que conseguiu perder a eleição apesar de contar com o apoio da máquina do Governo do Estado. Isso é duplamente falso, e depõe contra seus autores, ainda mais porque nunca – friso, nunca – fui procurado para dar depoimento sobre os acontecimentos daquela época. Nem pelos autores dessas versões, nem por ninguém mais!

Meu *staff* era composto de estudantes. Naquela época não tinha marqueteiro para me dizer qual embalagem deveria usar. Eu era eu mesmo.

Fui ao mesmo tempo um bom e um mau candidato. Falava bem, tanto em recintos fechados quanto em comícios. Era comum reunirem-se dez ou vinte mil pessoas em um comício. Até adversários reconheciam isso, se bem que alguns deles com a ressalva de que eu estava pregando enforcar os inimigos, pendurados nos postes. Curioso é que depois do Golpe de 1964 algumas pessoas, que me conheciam e eram ligadas à minha família, acreditavam – ou diziam acreditar – nessa tolice. Falava bem igualmente na televisão. Não havia *videotape* nem *teleprompter*. Tinha que saber falar e ser eu mesmo. Todos os discursos e

declarações, quando escritos – o que era raro –, eram redigidos por mim. *Ghost-writer*, nem sabia o que era. Tinha visão política, mas às vezes me faltava um pouco mais de jogo de cintura. Naquela época acreditava que se podia fazer política com sinceridade. Dá para perceber isso lendo o artigo do jornalista Guerra de Holanda, ao final deste relato (Anexo 5).

O resultado da eleição foi o seguinte:

Prefeito:

Pelópidas - 93.623 votos Lael - 85.874 Brancos - 4.424 Nulos - 5.223

Vice-Prefeito:

Lucena – 83.267 votos Antônio Carlos – 77.474 Barreto Guimarães – 11.735 Brancos – 11.626 Nulos – 5.042

Na época, fiquei frustrado. Hoje, considero que foi a melhor derrota que sofri na vida...

62

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

"(...) JAMAIS UTILIZEI, PARA USO PARTICULAR, O CARRO OFICIAL À MINHA DISPOSIÇÃO. E NOTE-SE: EU NÃO ERA O ÚNICO A AGIR ASSIM. A REGRA ERA ESSA E AS EXCEÇÕES NÃO ERAM PERDOADAS."

Após a eleição, Arraes fez uma reforma no secretariado.

Eu perdera. Uma eleição na qual – volto a dizer – fui candidato contra a vontade de Arraes. Fui remanejado para a Secretaria Particular e logo após nomeado para o cargo de Consultor Técnico Administrativo, posteriormente reclassificado como Consultor Jurídico do Estado.

Em novembro ou dezembro de 1963, pouco antes da posse, Pelópidas me convidou para ocupar o cargo de Secretário de Educação e Cultura da Prefeitura.

Relutei. Estava querendo afastar-me da política, pelo menos temporariamente, e dedicar-me a estudos jurídicos e sociológicos. A esta altura era Professor-Assistente de Sociologia na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, cujo catedrático, Pinto Ferreira, havia sido meu professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito. Mas um fato curioso fez-me aceitar o convite. Relatoo para mostrar como o acaso pode interferir na vida de qualquer um de nós.

Tive uma reunião de cerca de três horas com Pelópidas, em seu gabinete na Secretaria de Obras Públicas, que funcionava no Palácio do Governo. Expus-lhe o motivo de não querer aceitar o convite. Ele insistiu, mas me mantive inflexível. Descemos para o almoço. Cruzamos com Arraes, que se dirigiu a mim e disse que precisava que eu fosse a Fortaleza, para tratar de um assunto delicado. Não me disse qual, mas certamente era de natureza política. O impacto foi imediato. Era ingenuidade minha acreditar que poderia afastar-me da política naquela ocasião. Ficou claro para mim: ou iria a Fortaleza, o que certamente seria a primeira de uma série de tarefas políticas, ou aceitaria o convite de Pelópidas. Perguntei-lhe se o convite estava de pé. Respondeu que sim. Aceitei. Após três horas dizendo não, bastaram poucos minutos para dizer sim.

Ocupei a Secretaria de Educação e Cultura por pouco tempo. Praticamente limitei-me a organizar o já famoso Baile Municipal e o desfile de blocos, maracatus e escolas de samba, que se realizou, pela primeira vez, na Avenida Conde da Boa Vista. Antes era na Pracinha

Não havia aluguel de roupas, como ocorre hoje. Tive de comprar um *smoking* para ir ao Baile Municipal. A prestações, já que meu orçamento era limitado. Usei-o uma única vez. Não sei que fim levou.

Nos três cargos públicos que ocupei, Chefe de Gabinete, Secretário Assistente e Secretário de Educação e Cultura, jamais utilizei, para uso particular, o carro oficial à minha disposição. Ninguém de minha família andava nele, nem mesmo comigo para aproveitar carona. E note-se: eu não era o único a agir assim. A regra era essa e as exceções não eram perdoadas.

Compreendi que meu futuro estava mesmo na política. Com trinta e um anos de idade, adquirira visibilidade na eleição para Vice-Prefeito, com os mais de 77 mil votos que obtivera. O discurso de posse na Secretaria, transcrito ao final deste relato (Anexo 6), atesta essa percepção, que não era só minha. O artigo do jornalista Luiz Cisneiros, também transcrito ao final deste relato (Anexo 7), vai na mesma linha de raciocínio. E Luiz Cisneiros não era um simpatizante da Frente do Recife. O discurso retrata, com fidelidade, meu pensamento político e ideológico na época. Foi publicado, na íntegra, no *Jornal do Commercio* de 29 de dezembro de 1963.

Nesse discurso, transcrevo lapidar afirmação de Karl Mannheim, atual especialmente nos dias de hoje: "em uma idade como a nossa, é dificilmente imaginável que alguém possa pensar que os efeitos perniciosos, por exemplo, do desemprego, da desnutrição ou da falta de educação, possam ficar confinados dentro de certas classes da sociedade. A interdependência estrita dos acontecimentos que se dá na sociedade moderna faz com que afete a todos, igualmente, a intranquilidade geral que se produz com a miséria física e espiritual".

Digo que ocupei a Secretaria por pouco tempo porque durou de dezembro de 1963 a 1º de abril de 1964. Na verdade, somente exerci o cargo até 29 de fevereiro de 1964, porque no dia 1º de março adoeci. Eosinofilia tropical. É uma doença que se caracteriza pelo aumento exagerado de eosinófilos no sangue e que ataca sobretudo os pulmões. No início, confundese com a tuberculose.

Levei meses para ficar bom. Certamente para isso contribuiu o fato de que no auge da doença invadiram minha casa e me prenderam.

Era 9 de abril de 1964.

A PRIMEIRA PRISÃO

"QUANDO ACORDOU, O DINOSSAURO AINDA ESTAVA LÁ."

No dia 1º de abril ouvi pelo rádio e vi na TV o noticiário sobre a deposição e prisão de Arraes e Pelópidas. Não recordo detalhes sobre minha demissão da Secretaria de Educação e Cultura, da qual estava afastado há 30 dias.

Não houve reação à deposição do Governador e do Prefeito. Dizia-se, na época, que em Pernambuco existia um arsenal. Armas vindas de Cuba para reeditar no Brasil a revolução cubana. Não apareceu uma.

No dia 2, acordei na esperança de que tivesse sido um pesadelo. Não fora! Lembra-me um conto do escritor guatemalteco Augusto Monterroso, que Vargas Llosa considera talvez o menor – e um dos melhores – do mundo: Quando acordou, o dinossauro ainda estava lá.

E viera para ficar, como compreendi pouco tempo após.

Abro um parêntese para dizer que no final da década de 1970 recebi um oficio da Secretaria de Educação e Cultura solicitando-me enviar uma fotografia para a galeria de ex-secretários que estava sendo inaugurada. Não enviei. Tinha coisas mais sérias a fazer. Nunca tive curiosidade de visitar essa galeria, nem que fosse para saber como resolveram o problema, se é que isso constituiu um problema. Fecho o parêntese.

Depois da deposição e prisão de Arraes e Pelópidas, não tive ilusão: minha prisão poderia dar-se a qualquer momento. Fugir, ou exilar-me, foi idéia que sequer passou por minha cabeça. Em primeiro lugar, porque a condição de fugitivo, ou exilado, era para mim impensável. Em segundo, porque estava doente, prostrado com a tosse e a febre que me atormentavam desde 1º de março. Fiquei aguardando.

Na madrugada do dia 9, cerca de uma hora, ouvi ruídos estranhos e batidas na porta. Levantei-me e deparei com um tenente acompanhado de alguns soldados armados de metralhadoras. Estava preso.

Minha primeira reação foi curiosa. Indaguei ao tenente por que não tinham vindo durante o dia. Não foi bravata nem demonstração de coragem. Simplesmente não me parecia lógico prender-me de madrugada, já que os estivera esperando desde o dia 1° de abril.

O tenente pegou uns livros na estante e me indagou, educadamente, se tinha arma em casa. Disselhe que sim, um revólver calibre 32, que se costumava ter para afugentar eventuais ladrões de galinha, dando tiros para o alto. Apreendeu o revólver, comprado aqui mesmo no Brasil, com registro na Polícia.

Fui levado para o quartel do Regimento de Obuses. Passei lá o resto da madrugada.

Abro um parêntese para contar um episódio. Depois de solto, recebi em casa a visita do tenente que me prendeu. Brincando, perguntei-lhe se tinha vindo prender-me de novo. Não, ele viera pedir-me desculpas por me ter prendido. Sabia muito bem eu que ele estava cumprindo ordens superiores. E para meu espanto devolveu-me o revólver apreendido. Desculpou-se por não poder devolver também os livros, não sei se porque poderiam ser utilizados no processo criminal, ou porque tinham sido queimados. O curioso é que esse revólver me foi tomado anos após, em 1980, em São Paulo, quando minha casa foi invadida por dois assaltantes armados. Desta vez não me foi devolvido. Fecho o parêntese.

No dia seguinte, fui removido para a Secretaria de Segurança, onde dormi duas noites no chão de uma sala. Às 10 da manhã de um sábado fui transportado para a Casa de Detenção e jogado em uma solitária, em que existia apenas um colchão esfarrapado,

diretamente sobre o cimento. Tirando uma vez em que quase me afoguei no Leme, no Rio de Janeiro, foi nesse dia que senti mais próxima a idéia de morte.

Às 11 da noite, foram buscar-me. Nada disseram, nem lhes perguntei porque não iria adiantar. Para minha surpresa, levaram-me para o Hospital da Polícia Militar, onde passei quatro meses preso.

Dois tratamentos distintos, ou melhor, antagônicos. De manhã fui atirado em uma solitária. À noite, conduzido para um hospital. Contaram-me depois o que aconteceu. Algo que apequena uns e engrandece outros. Mas não me detenho no assunto, porque este relato abrange apenas minhas memórias, e não as memórias dos outros.

Ressalto aqui duas pessoas, entre outras, especialmente de minha família, que foram importantes para mim na ocasião. Uma foi meu médico, Dr. Ruy João Marques. Muito conceituado, participou de reunião com a Junta Médica que decidiu se eu ficaria no hospital ou seria recolhido a uma cela comum. Levou os exames, expôs meu caso e contribuiu decisivamente para minha permanência no hospital. Não sei se a decisão teria sido essa não fosse o Dr. Ruy Marques extremamente religioso e conservador. Mas naquela época mesmo um médico extremamente religioso e conservador precisava de coragem para dar apoio a um preso político.

Outra pessoa foi o sargento Luiz, enfermeiro do hospital. Sua bondade era comovedora. A atitude

dele comigo foi baseada, provavelmente, no raciocínio de que, estando doente e preso, merecia tratamento diferenciado. Se bem que acho que não. Ele deveria ser assim com todo mundo.

No começo de junho ocorreu um fato que merece ser relatado. Compareceu ao hospital um delegado de polícia e colheu meu depoimento. Indagou-me o nome, a profissão e os cargos que ocupara. O depoimento não passou de duas páginas. A seguir, fui solto.

Saí e fui almoçar com a família. Logo após o almoço chegou alguém com o *Diário da Noite*, jornal que circulava no começo da tarde. A primeira página estampava a notícia da decretação da prisão preventiva, pela Auditoria Militar, no dia anterior, de dezenas de pessoas, com a relação por ordem alfabética. Meu nome era dos primeiros.

Por intermédio de amigos comuns, mantive contato com o Comandante da Polícia Militar, Coronel do Exército Sílvio Cahu, homem cuja dignidade pessoal tive oportunidade de comprovar nessa época, para reapresentar-me no hospital, o que fiz à noite. Passei poucas horas em liberdade, se é que essa situação pode ser chamada de liberdade. Melhor teria sido se não tivesse sido solto.

Jamais soube a verdadeira explicação para esse fato. Fui solto quando minha prisão preventiva já havia sido decretada.

Ocorrem-me pelo menos três hipóteses. Primeira: tentativa de retirar-me do hospital para levar

a um cárcere comum. Segunda: tortura psicológica. Terceira: verificar se eu fugiria ou me exilaria. Não sei, e não adianta conjecturar.

Fui solto para valer em agosto, na véspera do Dia dos Pais. Coincidentemente estou escrevendo este relato em agosto, pouco antes do Dia dos Pais, quarenta e dois anos após.

Passei quatro meses preso, mas somente fui interrogado dias após ser solto. A visita do delegado, a que me referi anteriormente, não contou. Convocaram-me para depor às 8 da manhã. Fui ouvido às 10 da noite. Durante o interrogatório insinuaram várias vezes que eu seria preso novamente.

Recordo apenas duas das várias perguntas que me fizeram. Uma foi no sentido de tentar levar-me a dizer que minha candidatura a Vice-Prefeito havia sido sabotada por Arraes e seus auxiliares. Diante de minha negativa, insistiram. Acabaram por desistir. A outra, feita já no final, foi se abjurava a doutrina comunista. Não pegou. Respondi que não poderia abjurar algo que jamais jurara.

Liberaram-me às 2 da madrugada. A pressão psicológica havia sido tal, que custei a acreditar.

O PERÍODO PÓS-PRISÃO

"NÃO TIVE ILUSÕES.
O NOVO REGIME TINHA
VINDO PARA FICAR.
RECIFE TORNOU-SE
NESSE PERÍODO – PARA
MIM E OUTROS QUE LÁ
TINHAM PERMANECIDO
– UMA VERDADEIRA
CIDADE-PRISÃO."

Depois de solto ainda fiquei cerca de dois meses em tratamento de saúde. Só em outubro voltei ao trabalho, na Secretaria de Administração.

O Secretário era o jornalista e poeta Edson Régis. Eu não o conhecia pessoalmente. Durante a campanha eleitoral havia me fustigado várias vezes em suas crônicas, pelo que reassumi meu cargo meio desconfiado. Cedo descobri que se tratava de uma criatura excepcional.

Acolheu-me com respeito e civilidade. Prestigiou meu trabalho, solicitou-me pareceres, muitas vezes confiou em mim dando-me trabalhos importantes. Morreu tragicamente, junto com mais duas pessoas, no insano atentado a bomba no Aeroporto

dos Guararapes. Não lembro se foi em 1966 ou 1967. Já morava em São Paulo.

Quase todas as tardes, ao descer no final do expediente encontrava na loja de eletrodomésticos que ficava embaixo da Secretaria um homem grandalhão que com o tempo descobri ser investigador de polícia. Costumávamos conversar brevemente sobre vários assuntos. Nunca lhe perguntei o nome. O meu ele obviamente já sabia.

Fui processado junto à auditoria militar, sob a única alegação de que havia prestigiado a formação de associações de bairro, que seriam células comunistas. Curiosamente, o promotor que me denunciou era presidente da associação do bairro da Boa Viagem. Como eu tinha sido Secretário de Estado, meu processo subiu para o Superior Tribunal Militar, onde foi arquivado por inépcia da denúncia. O arquivamento ocorreu quando já morava em São Paulo. Meu advogado foi Nilzardo Carneiro Leão, que havia sido meu professor de Processo Penal na Faculdade de Direito do Recife.

Não tive ilusões. O novo regime tinha vindo para ficar. Recife tornou-se nesse período – para mim e outros que lá tinham permanecido – uma verdadeira cidade-prisão.

Minha convivência estava limitada exclusivamente à família. Meus amigos e correligionários mais próximos estavam presos, foragidos, exilados (dentro ou fora do País), severamente vigiados ou mantinham um prudente distanciamento, atitude que eu compreendia e respeitava, em face do clima de opressão reinante.

Certa vez, andava eu pela Rua da Conceição, onde costumava estacionar meu automóvel para dirigir-me à Secretaria de Administração, quando percebi que vinha na mesma calçada, em sentido contrário, um primo de 2.º grau. A Rua da Conceição caracterizava-se pela concentração, lá, das principais funerárias da cidade. Ficou claro para mim que também ele percebeu a aproximação. Apressou-se a atravessar a rua e ficou a apreciar os vistosos caixões de defunto exibidos na vitrina de uma das lojas. Tive vontade de também atravessar a rua para cumprimentá-lo. Mas não o fiz. Não era do meu feitio. Talvez tenha perdido uma excelente oportunidade de aprender sobre a estética e o desenvolvimento tecnológico dos então modernos caixões exibidos...

Não pretendo generalizar. Foram várias as pessoas que mesmo divergindo de minha posição política e ideológica atuaram em meu favor. Isso contribuiu pelo menos para atenuar a pressão contra mim, partida de setores radicais.

Encontrei muitas pessoas dignas, que, embora do lado vitorioso, me trataram com respeito e até mesmo cortesia. Certa vez, por exemplo, fui convocado para depor no Inquérito Policial Militar que investigava fatos ocorridos no campo. Era o chamado IPM Rural. Fui recebido por um coronel, cujo nome não

recordo, que para minha surpresa apertou-me a mão e educadamente solicitou que respondesse a perguntas que seriam formuladas por um sargento. Eram seis ou sete perguntas, todas sobre fatos que teriam ocorrido em fins de 1963 e começo de 1964. Respondi que nada poderia dizer sobre tais fatos porque nessa época já estava afastado da Secretaria Assistente. Encerrado o depoimento, o coronel acompanhou-me à porta, agradeceu e novamente apertou-me a mão, em despedida.

Levei a vida como podia, nos limites que me eram impostos, até outubro de 1965, quando fui novamente preso.

A SEGUNDA PRISÃO

"PASSEI A NOITE TODA SENTADO, ENCOSTADO À PAREDE, DE CUECA, ACORDADO. COMO FUI O PRIMEIRO PRESO, CONSEGUI O MELHOR LUGAR PARA FICAR..."

Em 27 de outubro, ouvi pelo rádio a notícia de que fora baixado o Ato Institucional n° 2. Ouvi atentamente seu texto e não vi razão para ficar intranqüilo.

Saí de casa às 13h30, cheguei à Secretaria às 14h00, fui preso às 14h05.

Anexa a este relato está a notícia de minha prisão, entre outras que ocorreram naquele dia (Anexo 8). Dessa matéria, publicada na página policial e que ainda hoje me causa estupefação ao relê-la, consta minha foto atrás das grades, apontando-me como primeiro "ativista" a ser preso no Recife. Isso em um jornal que sempre se disse paladino das liberdades...

Realmente fui o primeiro a ser preso. Aos pou-

cos foram chegando outros. Alojaram-nos em uma cela pequena. Mais de cinqüenta pessoas.

Passei a noite toda sentado, encostado à parede, de cueca, acordado. Como fui o primeiro preso, consegui o melhor lugar para ficar...

Fomos soltos no dia seguinte, à noite. Entregaram-me meus pertences, dirigi-me à porta de saída e, quando estava prestes a alcançar a calçada, aquele investigador da loja de eletrodomésticos, a que me referi anteriormente, encostou em mim e disse: "Doutor Antônio Carlos, recebi ordens para levá-lo para a Casa de Detenção". É um expediente utilizado pela polícia política em todo o mundo. Prende, finge que solta, prende de novo. Só que em um filme de suspense, ou em um livro, é uma coisa. Quando acontece com a gente é outra.

No caminho, o investigador disse que como simpatizava comigo iria dar-me um alerta. Seria bom eu saber que uma determinada autoridade estadual – cujo nome revelou, mas que não repito aqui, porque neste relato só se entra a meu convite, e ele não foi nem seria meu convidado para lugar nenhum – espalhara que eu dera parecer contra uma gratificação que a polícia civil estava pleiteando. Acrescentou que toda a polícia estava revoltada comigo. Muita gente já havia gasto por conta, acrescentou.

Disse-lhe que sequer sabia da existência desse processo. Ocorreu-me a explicação, que não lhe transmiti, de que Edson Régis me poupara dessa "fria", enviando o processo à Consultoria Geral do Estado. Nunca soube o que realmente ocorreu.

Ele disse que acreditava em mim. Mas que tomasse cuidado. Também acreditei nele, porque a pessoa cujo nome revelou era capaz de coisa muito pior.

Passei a noite na Detenção. Lá tinha cama e colchão. Dormi profundamente. Descontei a noite em claro que passara na Secretaria de Segurança.

Finalmente, às 11 da manhã, fui solto. Desta vez para valer.

Às vezes, quando me indagam quantas vezes fui preso, respondo: quatro. Porque tecnicamente foi este o número exato. Duas vezes em 1964, como relatei em capítulo anterior, e duas em 1965, como relato neste capítulo.

MINHA VINDA PARA O SUL

"AO RECOMEÇAR MINHA VIDA EM SÃO PAULO, EM 2 DE JANEIRO DE 1966, SENTI COMO SE TIVESSE RECONQUISTADO MINHA LIBERDADE. SAÍRA DA CIDADE-PRISÃO."

Fui solto no dia 29. Dois dias após, alguns dos meus sobrinhos e sobrinhas me convidaram para um piquenique na praia de Rio Doce. O piquenique não estava restrito à família. Havia lá quase cem pessoas, algumas conhecidas minhas. Passei o tempo todo com os sobrinhos. Ninguém mais se aproximou de mim, ninguém me cumprimentou sequer à distância. Evitavam até olhar em minha direção.

Não era hostilidade. Era medo. Dizem que o medo tem cheiro. Não acredito. Se tivesse, teria sentido naquele dia, como também em outros daquele período. Mas não os censuro. Compreendo muito bem que eles tinham razão para ter medo. Quem não teria?

Quando da edição do Ato Institucional nº 2, Pernambuco foi o único Estado em que houve prisões.

Comecei a juntar as peças. Minha prisão, a fotografia no jornal, o conteúdo estarrecedor da notícia publicada, a conversa com o investigador que me prendera, relatando-me o ambiente hostil a mim na polícia civil, a vida limitadíssima que estava levando no Recife, as opiniões que me foram transmitidas por amigos e amigos de amigos meus, que, bem informados, me aconselharam a sair do Estado, e tomei a decisão que me pareceu, na época, a mais sensata: saí de Pernambuco. Hoje, tenho a convicção de que permanecer lá teria sido insensatez.

No dia 9 de novembro, arrumei as malas e fui para o Rio, onde tentei ficar. Não fiquei. Estendi a viagem até São Paulo. Fiquei.

Ao recomeçar a vida em São Paulo, em 2 de janeiro de 1966, senti como se tivesse reconquistado minha liberdade. Saíra da cidade-prisão.

E aqui terminam os seis anos a que se refere este relato.

UMA DECISÃO DIFÍCIL

"JULGO-ME, POIS, NO DEVER, ÉTICO, DE RENUNCIAR EXPRESSAMENTE AO DIREITO DE APOSENTAR-ME NO CARGO DE CONSULTOR JURÍDICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (...)."

A rigor, este relato deveria ser encerrado no capítulo anterior. Mas cabe narrar um último episódio.

O Governador Paulo Guerra, em 1966, atendendo a solicitação do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBECC, colocou-me à disposição dessa entidade em São Paulo. Posteriormente passei para a FUNBEC – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências, que substituiu o IBECC de São Paulo. Fiquei ora em licença não remunerada, ora posto à disposição sem vencimentos. Nessa fundação fui membro e Presidente do Conselho Superior. Isso até 1987, quando Miguel Arraes assumiu o Governo pela segunda vez.

A Secretaria de Administração do Estado exigiu a volta de todos os funcionários estaduais que estavam afastados.

Efetuada a contagem recíproca do tempo de serviço estadual e federal, público e privado, já me era assegurado o direito à aposentadoria, pois entrara no serviço público em janeiro de 1951.

Já havia preparado o requerimento formal, dirigido ao Secretário de Administração, pedindo aposentadoria. As certidões necessárias estavam todas providenciadas. Bastava anexá-las e entrar com o pedido.

Paralelamente, preparei uma carta, dirigida ao Governador Miguel Arraes, solicitando exoneração do cargo, tal como já havia feito, anos antes, em relação ao cargo de Professor-Assistente de Sociologia. Durante algum tempo fiquei a refletir sobre qual documento enviar.

A única pessoa que estava a par desse dilema era meu fraterno amigo Gilberto Ferraz Gominho, sertanejo de Floresta dos Navios, promotor público, que me honrou com sua amizade desde o início das atividades da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, onde trabalhamos juntos a partir de janeiro de 1951, até sua morte no início da década de 1990. Gilberto – ou Téo, como era chamado por quase todos – não emitiu opinião sobre o assunto. Sabia que se tratava de questão de foro íntimo.

Finalmente tomei a decisão.

Assinei a carta dirigida ao Governador e en-

viei-a a Gilberto, pedindo para entregá-la, o que fez com a prestimosidade que lhe era peculiar.

O teor da carta era o seguinte:

Excelentíssimo Senhor Dr. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR DD. Governador do Estado de Pernambuco

Excelentíssimo Senhor Governador

Dirijo-me pela presente a Vossa Excelência para expor e, ao final, requerer o seguinte:

- 1. Como Vossa Excelência muito bem sabe, fui nomeado, em 1963, por ocasião de seu primeiro mandato de Governador, para o cargo de Consultor Técnico Administrativo, posteriormente transformado no cargo de Consultor Jurídico do Estado.
- 2. Pouco tempo tive para efetivamente exercer as atribuições inerentes a esse cargo. Em fins de 1965, premido por circunstâncias que tornavam desaconselhável senão impossível minha permanência em Pernambuco, transferi-me, com minha família, para São Paulo, onde busquei reconstruir minha vida pessoal e profissional. Digase de passagem que embora essa transferência se tivesse operado, a rigor, contra minha vontade, obtive aqui a melhor das acolhidas, o que me fez tornar São Paulo meu Estado de adoção.

90

- 3. Acentue-se que em nenhum momento deixei de orgulhar-me de haver nascido no Estado de Pernambuco, em que sempre contei, inclusive, com o apreço de ilustres conterrâne-os, que, independentemente de coloração política, sempre me honraram com sua generosa amizade.
- 4. As circunstâncias para as quais tenho consciência de não ter contribuído com qualquer quebra de minha dignidade pessoal levaram-me a conservar até hoje a titularidade do aludido cargo, se bem que há quase vinte anos sem retribuição de vantagem de ordem pecuniária, inclusive vencimentos.
- 5. No momento, encontro-me, sem ônus para o Estado, à disposição da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências Funbec, ligada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura IBECC, entidade encarregada de desenvolver, no País, programas da Unesco.
- 6. Computado o tempo de serviço público (ingressei no serviço federal em janeiro de 1951), acrescido do tempo de contribuição à previdência social, e tendo em vista a respectiva legislação da contagem recíproca de tempo de serviço, conto, atualmente, com mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, o que me daria direito à aposentadoria no referido cargo.

91

- 7. Se bem que tivessem sido outras as circunstâncias gostaria de ter tido oportunidade de exercer adequadamente as atribuições desse importante cargo estadual, fato que não se verificou repito independentemente de minha vontade, não me sentiria hoje em situação confortável para requerer aposentadoria em cargo que pouco exerci.
- 8. Julgo-me, pois, no dever, ético, de renunciar expressamente ao direito de aposentarme no cargo de Consultor Jurídico do Estado de Pernambuco, o que faço pela presente.

À vista do exposto, requeiro respeitosamente a Vossa Excelência que se digne de conceder-me exoneração do aludido cargo. De certo modo, ao tomar esta decisão, estou entregando às mãos de Vossa Excelência cargo para o qual me conferiu a honra de nomear-me há mais de vinte anos.

Atenciosamente, São Paulo, 09 de maio de 1987. ANTÔNIO CARLOS CINTRA DO AMARAL

Alguns dias após, recebi sua resposta, nos seguintes termos:

Recife, 22 de maio de 1987 Prezado amigo Antônio Carlos Anexo cópia do Ato que acabo de assinar, concedendo, a seu pedido, exoneração do cargo de Consultor Jurídico do Estado.

Preferíamos, evidentemente, que você voltasse para exercê-lo, emprestando sua valiosa cooperação ao Estado de Pernambuco. Contamos, no entanto, com ajuda que o amigo possa dar na Pasta de São Paulo que pode nos ser igualmente útil.

Com um abraço,

MIGUEL ARRAES

O ato de exoneração, a pedido, teve o número 1840, datado de 22/5/1987 e publicado no DOE do dia seguinte.

Lá se vão quase vinte anos. Em nenhum momento arrependi-me da decisão que tomei.

93

O RETORNO DO ORÁCULO

"(...) NÃO FOI VOCÊ
QUEM DESTRUÍRAM.
TALVEZ SEUS IDEAIS.
(...) NÃO É FÁCIL
LEVANTAR-SE DA
LONA E REINICIAR O
COMBATE. MAS VOCÊ
CONSEGUIRÁ..."

Logo após minha chegada a São Paulo, voltei a receber o senhor a que me referi em capítulos anteriores. Visitou-me na quitinete em que estava alojado.

Como sempre desembaraçado, percorreu o apartamento e foi logo falando:

"Sentindo-se frustrado?"

"Sim."

"Desanimado?"

"Sem dúvida."

"Derrotado?"

"Certamente."

Esperei que acrescentasse o clássico "Eu não disse?". Mas não o fez. Surpreendeu-me o que falou a seguir:

96

"Da última vez que o encontrei, você mencionou que seu potencial era reconhecido. Certo?"

"Certo."

"Eles o prenderam mais de uma vez. Cassaram sua trajetória política. Proscreveram-no. Certo?"

"Certo."

"Mas, pergunto, destruíram seu potencial?" Hesitei. Pensei um pouco e respondi:

"Não."

"Então não foi você quem destruíram. Talvez seus ideais. Perceba isso. Sei que não é fácil assimilar a idéia, não é fácil levantar-se da lona e reiniciar o combate. Mas você conseguirá, desde que entenda que o novo combate, para o qual está sendo convocado, já não se travará na rota anterior. Esta lhe foi interditada. Quanto mais depressa você assimilar esta verdade, mais depressa prosseguirá seu caminho. Desenvolva seu potencial na nova rota. O que você pretendeu era impossível. Você testou e foi derrubado. Max Weber não disse que se poderia realizar o impossível, você sabe bem disso."

"É fácil dizer, mas difícil realizar. É como perder a mulher por quem nos apaixonamos."

"Quando estive com você, há cerca de seis anos, disse-lhe que seria malsucedido. Acertei?"

"Sim. Não sei como, mas acertou."

"Pois lhe digo agora com a mesma convicção: você será bem-sucedido na nova rota. Acredita?"

"Não sei, não sei..."

"Pois não lhe resta alternativa. Acredite!"

Convidou-me para almoçar em um restaurante próximo. Aceitei.

Almoçamos tranquilamente. Não fui reconhecido, não me senti vigiado, nem ameaçado de nova prisão. Mas sabíamos, ambos, que o processo de adaptação à nova rota seria lento e doloroso.

EPÍLOGO"É UM PASSADO DO QUAL ME ORGULHO."

Em julho de 2005, fui homenageado pelo Instituto dos Advogados de Pernambuco com a Medalha "Honra ao Mérito Soriano Neto", Classe Ouro, e em agosto do mesmo ano pelo Clube dos Advogados de Pernambuco, nas comemorações do 11 de Agosto, data da criação dos Cursos Jurídicos no País, nas Faculdades de Direito de Olinda, depois transferida para o Recife, e de São Paulo.

No Clube dos Advogados, proferi o seguinte discurso de agradecimento:

Dra. Nair Andrade dos Santos, Presidenta do Clube dos Advogados de Pernambuco Senhoras e Senhores 100

Agradeço, sensibilizado, a homenagem que me é prestada pelo Clube dos Advogados de Pernambuco. Agradeço igualmente as generosas palavras de Gil Teobaldo, que, juntamente com outros colegas da turma de 1956 da Faculdade de Direito do Recife aqui presentes, tenho a satisfação de rever após várias décadas, e de Fernando Coelho, amigo de longa data, desde os tempos de Faculdade e das "peladas" no sítio da Jacobina, de nosso querido e saudoso amigo José Paulo Cavalcanti. Fernando Coelho, que admiro não apenas por sua coerência e dignidade pessoal, mas também por suas qualidades de escritor e pesquisador, das quais é prova inconteste seu recente e solidamente documentado livro sobre o Golpe de 64 em Pernambuco.

É sempre com satisfação que venho a meu Estado natal. O afastamento, que já dura 40 anos, não foi suficiente para apagar minhas memórias de Olinda, onde nasci e vivi a infância, e do Recife, onde cresci, estudei, freqüentei nossa querida Faculdade de Direito e vivi até 1965.

Ao voltar a Pernambuco, vêm-me lembranças do Ginásio do Recife, posteriormente Ginásio Padre Félix, do Colégio Estadual de Pernambuco, do Clube Náutico Capibaribe e sobretudo dos amigos que aqui deixei, alguns, presentes a este jantar, outros, que vivem apenas em minha memória.

Cursei a Faculdade de Direito do Recife até 1956, quando me formei. Nesse período, passei a ter uma forte convicção socialista e democrática. Tinha um ideal: trabalhar para que as pessoas fossem mais iguais e livres. Igualdade, com o socialismo. Liberdade, com a democracia.

Aos 27 anos, recém-completados, fui, por indicação de meu tio, **Barbosa Lima Sobrinho**, nomeado Chefe de Gabinete do Prefeito do Recife, que na época era a terceira cidade mais populosa do País, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. No exercício desse cargo, entrei em contato direto com a miséria de um povo sofrido e injustiçado. Tive a ilusão de que poderia fazer algo, por mínimo que fosse, para melhorar a situação.

Aos 30 anos, fui Secretário Assistente no Governo do Estado de Pernambuco. Minha função principal era mediar conflitos entre trabalhadores e patrões. A preocupação do Governo – e a minha como Secretário – era assegurar – e exigir – o respeito integral à Constituição e à Lei.

Ainda com 30 anos fui candidato a Vice-Prefeito do Recife. Havia eleição separada para Prefeito e Vice-Prefeito. O candidato a Prefeito, IOI

Eng. **Pelópidas Silveira**, meu amigo até hoje e pelo qual tenho profunda admiração – e que aqui me honra com sua presença –, ganhou. Eu perdi.

O Golpe de 64 me alcançou como Secretário de Educação e Cultura na Prefeitura do Recife, na nova gestão do Prefeito **Pelópidas Silveira**. Fui preso. Diziam que eu era "subversivo". Passei quatro meses preso. Depois de solto ainda vivi pouco mais de um ano no Recife. Mas o ambiente me era hostil.

Certo dia, sem saber por que, fui preso novamente. Desta vez alegaram que eu era "ativista".

Compreendi que não tinha mais como permanecer no Recife. Decidi ir para o Sul. Radiquei-me em São Paulo levando os quatro filhos. Lá nasceram meu quinto filho e sete netos. Um oitavo nasceu em Belo Horizonte.

É um passado do qual me orgulho.

Nunca, anteriormente a 1965, pensei em viver em São Paulo, onde estou radicado há tanto tempo. Hoje, sinto-me privilegiado por ter dois Estados. Pernambuco, onde nasci e cresci. E São Paulo, Estado adotivo, que me acolheu sem perguntar de onde vinha, nem por que fui para lá.

Em São Paulo reconstruí minha vida, voltando-me para o estudo e a prática do Direito.

103

Ao dedicar-me à Ciência do Direito, descobri Hans Kelsen. Aprendi muito com a leitura do eminente jurista austríaco, bem como com a de Norberto Bobbio, Hart e Alf Ross. Lembro-me dos tempos de Faculdade, quando era comum encontrar quem afirmasse ser frontalmente contrário a Kelsen, embora jamais o houvesse lido. A leitura de suas obras, especialmente da *Teoria Pura do Direito* e da *Teoria Geral das Normas*, aliada à reflexão sobre a realidade, levou-me à compreensão de que o Direito é o que é, e não o que deveria ser.

Esta visão realista do Direito leva à separação dos papéis que exercemos. Como cientistas ou operadores do Direito, cabe-nos interpretar, descrever e aplicar o Direito, pleonasticamente dito positivo, na feliz expressão do jurista alemão **Norbert Hoerster**. No exercício de outro papel, como o de filósofo político, podemos criticar o Direito que é, e defender o que deveria ser. Confundir os papéis serve para retirar a autoridade do jurista e conduzir a devaneios o filósofo político.

Norberto Bobbio, recentemente falecido, foi exemplo dessa separação de papéis. Não sei se aprecio mais o Bobbio jurista – que sempre foi – ou os preciosos ensaios de filosofia política que escreveu sobretudo a partir da década de 1970. É dele, em sua Teoria do Ordenamento

Jurídico, uma frase que constitui uma das melhores definições de Direito que conheço. Escreveu **Bobbio**: "O Direito é a expressão dos mais fortes, e não dos mais justos; tanto melhor que os mais fortes sejam também os mais justos."

Chego a esta quadra da vida com uma visão até certo ponto cética, não apenas em relação a um mundo dividido entre vários fundamentalismos, mas também a um país que, após duas décadas de ditadura, parece que após outras duas décadas ainda não conseguiu reencontrar o caminho da democracia. Se o socialismo democrático, em que acreditei firmemente na juventude, revelou-se nada mais que uma utopia, ainda guardo a convicção de que se pode implantar no Brasil uma democracia não apenas política, mas também social, econômica e cultural. Uma democracia que não se resuma à eleição periódica de mandatários populares, nem sempre dignos de exercerem as funções a eles atribuídas.

Ainda acredito que os brasileiros sejam capazes de organizar-se e atuar na busca de uma sociedade melhor. Sob a ótica da sociologia jurídica, escreveu **Jean Cruet** em seu *A Vida do Direito e a Inutilidade das Leis*:

"Se a lei se apresentasse a todos como a expressão aproximada do equilíbrio real da sociedade, e não como a ordem arbi-

105

trária de uma vontade incondicionada, os cidadãos compreenderiam por si mesmos quão mal avisados andam pedindo ao Parlamento leis perfeitas. Seria bem fácil responder-lhes: para fazer leis excelentes, era preciso primeiro uma sociedade melhor."

Acrescento: não apenas uma sociedade melhor, mas sobretudo mais organizada, capaz de enfrentar o desafio de construir um Estado nacional, expressão de uma nação consciente, dotada da auto-estima necessária para participar do processo de globalização – que é irreversível – como sujeito, e não, como tem ocorrido até agora, mero objeto.

Expresso mais uma vez meu agradecimento, do fundo do coração, pela homenagem que me é prestada.

Muito obrigado!

Recentemente recebi o livro *Pelópidas – O Homem e a Obra*, publicado pela Editora Universitária – UFPE, com dedicatória de Pelópidas Silveira. Dedicatória que muito me emocionou e honrou, pela estatura moral de quem a assinou. Transcrevo-a a seguir:

A Antônio Carlos, velho e querido amigo, cuja vida tem sido marcada pela inteireza moral, coerência, dignidade, grande cultura jurídica e brilhante exercício da advocacia e do magistério, ofereço, com especial emoção e muito carinho, pelos momentos que passamos juntos, unidos nos mesmos ideais, e com afetuosos abraços de Marilu e meus.

Pelópidas

Recife, 18.07.06

Entre os contos que passei a escrever, e a que me referi em capítulo anterior, consta um que tem o título "Um Passeio pelo Passado". Nele relato uma viagem imaginária à terra onde nasci. É com esse relato que encerro estas breves memórias:

106

Cheguei ao aeroporto às sete da manhã. Tomei um táxi e dirigi-me à cidade onde nasci.

Fui direto à praça do farol. Era onde o bonde fazia o retorno circular para voltar ao Recife. Na época de minha infância, Olinda terminava aí. Tanto é que o bairro que foi construído depois chamou-se "Bairro Novo".

Desci do táxi e resolvi voltar a pé.

Vim pela Rua do Sol. Passei defronte da casa de Seu Egídio, pai de Geraldo Egídio, mais velho do que eu e que era admirado por ter passado no Instituto Rio Branco, tornandose diplomata de carreira. Seu Egídio tinha um armarinho, A Carinhosa, localizado na Rua da Imperatriz, no Recife.

Defronte, vi a casa onde nasci. O terreno ia da Rua do Sol até a areia da praia de São Francisco. Hoje, o mar destruiu metade do passado. Restou a casa, que se tornou um bar, ou restaurante, de segunda categoria.

Continuei a andar.

Passei pela casa de Seu Figueiredo, onde morei. Retifico, passei pelo terreno onde outrora se erguia a casa de Seu Figueiredo. Daí datam as primeiras memórias de minha infância.

Não sei exatamente onde se situava a farmácia de Seu Freitas. Provavelmente onde hoje existe uma das funerárias que, paradoxalmente, se instalaram na Rua do Sol, como se o sol da rua fosse poente, e não nascente como é.

Rememorei, no fim da Rua do Sol, a loja de miudezas de Toinho Nigro. Não sei se era descendente de italiano, porque na época eu sequer sabia o que era italiano.

Cheguei à Praça do Carmo. Era o centro da cidade, no sentido de que era lá que se buscava seu referencial.

Vi o prédio onde se localizava o Cine Olinda, em que assistia às séries de cinema e aos filmes do Gordo e o Magro, e que fora, segundo me diziam, o Cassino Olindense, clube do qual meu pai havia sido diretor.

Subi a ladeira de São Francisco. Logo no início, a casa onde moravam meus padrinhos

de batismo. Mais adiante, a igreja de São Francisco, onde entrei para rememorar as missas que lá assisti.

Continuei subindo em direção ao Alto da Sé. Diferente do meu tempo de criança, paradoxalmente com muito mais crianças, só que estas necessitadas, como tive a felicidade de não ser.

Vi a Academia Santa Gertrudes, que freqüentei no jardim de infância. Na época, só o jardim de infância era misto. Minhas irmãs, mais velhas do que eu, todas foram alunas da Santa Gertrudes.

Percorri a Rua do Amparo, desci pela Rua de São Bento, onde funcionava o Instituto Domingos Sávio, em que estudei, e cheguei à igreja de São Pedro. Para minha surpresa, encontrei-a aberta. Normalmente está fechada, porque o padre só costuma abri-la para as missas matutina e vespertina.

Visitei, na igreja, o local onde estão os ossos de meus pais e de duas das minhas irmãs. Não sabia, mas lá também estão, em dois outros jazigos, os ossos de meus avós paternos, falecidos no século XIX.

Passei pela praça da preguiça. Quando criança, conheci a preguiça em pessoa. Hoje, não existe mais preguiça, mas o nome continua.

Vi, no alto, a Matriz do Carmo. E entrei na Avenida Sigismundo Gonçalves. O grupo escolar continua lá, igual a como estava há décadas. Relembrei as boas 'peladas' que joguei no seu pátio.

Olhei a casa onde meu pai morreu e vi que ela estava à venda. Não resisti e entrei. Estava igual à imagem que dela fazia, eu que de lá saí aos dez anos de idade.

Fui à praça do jacaré, que, diferentemente da preguiça, não era verdadeiro, mas de pedra.

Passei pelos Quatro Cantos, onde retenho as primeiras memórias do carnaval de Olinda.

Voltei ao Recife, e de lá a São Paulo, onde estão meu presente e meu futuro.

No início da década de 1980, houve quem me sugerisse voltar à política. Mas, como dizia Heráclito, "Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio...".

109

DIÁLOGO FINAL

"(...) NÃO SOMOS A MESMA PESSOA, NEM PODERÍAMOS SER."

Alguns dias após terminar de escrever este livro, estava em meu apartamento quando tocou a campainha da porta. Deparei-me com um jovem, de cerca de trinta anos, fisionomia conhecida. Não demorei a perceber que se tratava do personagem do livro. Estranhei a insólita visita, mas convidei-o a entrar.

Conduzi o visitante à sala e ofereci-lhe uma poltrona. Sentamo-nos.

Após alguns minutos de constrangimento mútuo, indaguei a que devia sua visita. A resposta foi intrigante:

"Vim protestar contra o tratamento que me deu", disse ele.

"Não entendi."

"Serei mais explícito. O senhor, por exemplo, deu a entender que eu não tinha emoções. Mágoa, raiva, medo, insegurança. É verdade que me atribuiu ideais, algumas vezes coragem e, sobretudo, capacidade de assimilação e recuperação. Mas seu relato foi seco, frio, distante, quase impessoal."

Retruquei:

"Concordo que fui seco, que o retratei com frieza e distância. Concordo que fui quase impessoal, mas você tem que respeitar meu estilo. Por outro lado, por vê-lo com frieza, distância e impessoalidade é que me foi possível escrever a seu respeito. Você foi meu personagem no momento certo. Antes, não poderia fazer o relato que fiz. Basta dizer que há dois anos tentei escrever sobre você, mas em várias tentativas não consegui passar da primeira linha."

"Mas por que o senhor não relatou as emoções que tive? Medo de sentir agora as mesmas emoções?"

"Não. É que não lembro o que você sentiu. Lá se vão mais de quarenta anos. Além do mais, você sentiu emoções variadas, dependendo da situação que enfrentou. Como poderia recordar todas elas?"

"Mas poderia ter tentado."

"Não concordo. Houve quem lesse o que

relatei e admitisse que transmiti emoção, embora não tivesse relatado suas emoções. Talvez porque sua experiência tivesse sido por si emocionante, não precisando eu, mero narrador que fui, de apelar para um emocionalismo que certamente soaria piegas."

"Mas o senhor cometeu alguns deslizes."

"Por exemplo?"

"O senhor não conta que em 1966, quando eu já estava em São Paulo, fui convocado a comparecer à Auditoria Militar no Recife, e que um amigo do meu irmão, que conhecia muito bem certas pessoas que viviam lá, aconselhou-me a não ir e telegrafar dizendo que tinha endereço certo em São Paulo, onde estava à disposição para prestar declarações. Disse esse amigo que se tratava de manobra para prender-me novamente e que ele atuaria no sentido de evitar novas pressões."

"Mas isso ocorreu fora do período em que se situou o relato. Tive que ser coerente com a proposta do livro."

"O senhor ocultou que um professor com nome quase igual ao meu visitou o Recife na década de 1970 e foi preso, porque pensaram que era eu."

"Não poderia relatar esse fato, não só porque se situa fora do período abrangido por meu relato mas também porque não sei se isso

realmente aconteceu. Ouvi dizer que sim. Não tenho provas. Mas onde você quer chegar com tudo isso?"

"Da maneira como o senhor descreveu a situação, parece que minha vida em São Paulo foi um mar de rosas. Não foi, pelo menos até fins da década de 1970 e início da de 1980."

"Realmente não foi, mas você há de convir que também não foi um caminho cheio de espinhos."

"Mas o senhor deveria ter dito que somente nessa época é que minha vida voltou à inteira normalidade. Coincidiu com a redemocratização do país."

"Espera lá! Onde já se viu o personagem dizer ao autor o que ele deveria escrever? Mais alguma coisa?"

"Sim. O senhor não disse o que eu poderia ter sido se não me forçassem a desviar a rota. Minha vida poderia ter sido outra. Talvez tivesse sido deputado, senador..."

"Isso exigiria muita imaginação!"

"Mas por que não tentou?"

"Porque tanto você poderia fazer uma carreira política brilhante, como poderíamos não estar aqui, vivos, a conversar. Não existe o se na vida de ninguém."

"Mas o senhor poderia pelo menos ter tentado descrever o país que não foi. Certamente

teria sido melhor do que o que foi."

"Ninguém pode imaginar o que algo teria sido se fosse. Mas concordo com você: dificilmente teria sido pior. Mais alguma reclamação? Tenho que sair para uma reunião."

"Só mais uma. O senhor diz que nós somos a mesma pessoa. Não somos! Somos diferentes. Sobretudo em um ponto. Sou jovem e idealista. O senhor é velho e cético."

"Cético, mas compreensivo. Por isso relevo sua indelicadeza. Aliás, você não costuma ser indelicado. Mas concordo: não somos a mesma pessoa, nem poderíamos ser. Talvez esteja aí a razão principal da frieza, da impessoalidade, da distância de que reclamou no início de nossa conversa."

"Não compreendo."

"Certamente compreenderá quando chegar à minha idade."

Dei a conversa por terminada e levei-o até a porta. Despedimo-nos amigavelmente.

FOI. NÃO SERÁ MAIS. LEMBRE.

O LIVRO DA MEMÓRIA PAUL AUSTER

ANEXOS

- ANEXO 1 Um Assunto, uma Opinião Antônio Carlos Cintra do Amaral Folha da Manhã – 31.1.1954
- ANEXO 2 Homenagem a Hélio Ramos Antônio Carlos Cintra do Amaral Jornal do Commercio – 30.12.1956
- O Problema Agrário na Zona Canavieira de Pernambuco

 Conferência proferida no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais maio de 1963 [Transcrito de publicação de mesmo nome, publicada pela Imprensa Universitária, em 1965]
 - ANEXO 4 Pelópidas: Meu Candidato é Antônio Carlos Jornal do Commercio – 1.6.1963
 - ANEXO 5 Bacia de Pilatos Guerra de Holanda Diário da Noite – 13.8.1963

ANEXO 6 - Democracia e Cultura Discurso de posse no cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura - dezembro de 1963 - Recife - PE

ANEXO 7 - Nos Bastidores da Política Luiz Cisneiros Diário da Noite – 27.8.1963

Reportagem no Diário de Pernambuco ("Situação nacional mobilizou autoridades e motivou viagem do Secretário de Segurança") – 28.10.1965

ANEXO FINAL - Barbosa Lima Sobrinho

Depoimento de Antônio Carlos Cintra
do Amaral em homenagem ao centésimo aniversário de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (1997)

121

ANEXO 1

UM ASSUNTO, UMA OPINIÃO

ANTÔNIO CARLOS CINTRA DO AMARAL

Quando vimos, na Faculdade de Medicina, o corpo já sem vida do nosso amigo Hélio, as lágrimas que nos vieram aos olhos trouxeram-nos também a convicção real de sua morte.

Antes, era como se tudo fosse um pesadelo, desses que desaparecem ao abrir dos olhos. Perguntávamos a nós mesmos: Hélio terá morrido? E procurávamos convencer-nos de que tudo aquilo acabaria por ter um fim feliz, com Hélio descendo do avião, cheio de vida e exuberância, trazendo-nos o seu abraço amigo e sincero.

Mas quando, no Aeroporto, vimos Marcos saltar sozinho, a realidade foi tomando conta do nosso espírito, como que abalando as irreais esperanças que acalentávamos. Somente na Faculdade de Medicina, no entanto, foi que tivemos essas esperanças totalmente desfeitas. Vimos, deitado, no fundo de um caixão mortuário, o Hélio que era nosso amigo. Imobilizado pela inexorabilidade da morte, não se levantou à nossa chegada, não nos apertou a mão, não nos abraçou. E foi justamente nesse momento, quando o vimos de olhos e boca cerrados, quando nos faltaram as suas palavras amigas, que compreendemos, de fato, a triste realidade: Hélio estava morto!

E quando saímos daquela sala, para desabafar a nossa dor, era como se esperássemos que Hélio saísse também para consolar-nos, para dizer-nos que, muito embora sua

122

morte fosse por nós bastante sentida, devíamos ver que eram abertos, para ele, naquele doloroso momento, os umbrais de uma vida feliz e radiosa. Que ele sentia também separar-se dos seus amigos, da sua família, mas que não hesitava em atender ao chamado divino.

Mas não podíamos suprimir o desabafo. O sentimento que nos avassalava era grande demais para caber inteiro num só coração. As recordações que naquela hora surgiram, do Hélio dos corredores e bancos da Faculdade, do Hélio companheiro de trabalho, do Hélio que ia para a nossa casa estudar conosco para as provas, do Hélio político, que criticávamos como se critica um amigo... Do Hélio que nos afirmava sempre ser a nossa amizade indestrutível, por sermos companheiros de trabalho e de estudos... Dos alegres momentos vividos em casa de Lafetá, da sua presença invariável nas calçadas da Sertã... Da nossa despedida no Clube Universitário, quando recebemos seu último abraço e ouvimos suas últimas palavras... Como poderíamos conter as lágrimas, quando recordamos tudo isso? Depois, quando seu corpo se achava em câmara ardente na Faculdade de Direito, era como se estivéssemos vivendo nossos últimos momentos com Hélio. Ele iria partir dentro em pouco. Deixar-nos-ia para sempre. Sozinhos, nós e sua lembrança.

E muitos vieram despedir-se de Hélio. Esqueceu-se a incompreensão política, os adversários, num gesto cativante, levando-lhe o seu derradeiro adeus.

E Hélio partiu, enfim. Desceu, pela última vez, as escadarias da Faculdade que amou, dirigindo-se para sua nova morada.

Para sempre ele ali repousará, numa paisagem calma e pacífica. Deixou-nos, porém, uma saudade infinita...

ANEXO 2

HOMENAGEM A HÉLIO RAMOS (*)

ANTÔNIO CARLOS CINTRA DO AMARAL (PARA O *JORNAL DO COMMERCIO*)

Quase três anos nos separam do dia em que desapareceu Hélio Ramos. Naquela época, estávamos, todos nós, componentes desta turma, na metade da jornada que hoje termina. Mas o pouco tempo em que estivemos em contacto com Hélio Ramos bastou para que com ele nos identificássemos, admirando as suas inegáveis qualidades de líder universitário correto, digno e esclarecido.

Esta amizade, que nos unia ao querido Hélio, fez com que nos abalássemos com a notícia de sua morte. Ficamos chocados e incrédulos. Chocados, ao vermos um jovem de 23 anos sucumbir inexoravelmente ante a terrível Ceifadora, cortada a sua brilhante mocidade, extinto o ímpeto vigoroso de sua inteligência. Incrédulos, ao pensarmos que o Hélio de todos amigo, alegre e comunicativo, simpático e acolhedor, jamais cruzaria os corredores de nossa Faculdade, com aquela agitação desembaraçada que lhe era peculiar. O golpe, desferido fortemente, em cheio nos atingiu. Ficou-nos porém o consolo de que teríamos sempre em mente a recordação de sua figura, acompanhando-nos às aulas e às provas, dentro e fora da Faculdade, por todo o resto de nosso curso e, mais ainda, por todo o resto de nossas vidas.

Eis-nos, enfim, passados 3 anos, no dia de nossa formatura. Dentro de mais algumas horas, ser-nos-á conferido o grau de Bacharel em Direito.

124

Dia festivo, o de hoje, sem dúvida. Em nossos corações, como nos corações de nossas famílias, existe a satisfação propiciada por uma batalha ganha. Vencemos a etapa de nossos estudos universitários e enfrentamos a carreira porventura abraçada. Saímos, eufóricos e exultantes, a lutar, em todos os setores, por uma Justiça em que ainda acreditamos, por um Direito que ainda respeitamos. O ideal que nos anima impele-nos a lutas árduas e difíceis, em que o sucesso deve ser medido não tanto pelos resultados imediatos conseguidos, mas, principalmente, pela persistência e pelo exemplo de correção. A sociedade que se nos depara não nos satisfaz em seu sistema de organização político-econômica.

Julgamos, então, que algo deve e pode ser feito, no sentido de obter melhoras desejadas. E ninguém melhor do que o Bacharel em Direito está capacitado, por sua formação cultural, a exercer este mister de renovador, agindo nos variados campos de atividades, quer na Advocacia, quer na Magistratura, quer no Ministério Público.

Estamos, assim, possuídos de um júbilo absolutamente natural, desde que o diploma prestes a nos ser entregue representa não somente uma vitória pessoal, como também, e principalmente, uma arma eficaz no combate pelo bem comum, ora em defesa de justas e adequadas instituições político-econômicas, ora pugnando por uma legislação mais razoável, ora procurando uma melhor distribuição da Justiça, enfim, sempre protegendo os interesses e as reivindicações populares. Este júbilo, porém, não é completo. Sentimos a ausência de um colega e amigo.

Sentimos a ausência de um companheiro na luta que agora enfrentaremos. Sentimos a ausência de Hélio Ramos! E isto nos faz arrefecer em parte o entusiasmo.

Os concluintes de 1956, da Faculdade de Direito do Recife, compõem uma turma mutilada. Dois de nossos

amigos, Hélio e George, já não podem comparecer às solenidades, já não podem fazer o juramento, nem receber o anel. Imobilizados em seus leitos de morte, tolhidos em seus movimentos por uma razão que não nos é dada conhecer, já não podem nos acompanhar à Matriz, à Faculdade, ao Teatro, ou ao Clube. Restava-nos, por conseguinte, evocando as suas memórias, prestar uma homenagem àqueles dois colegas desaparecidos, visitando George na morada em que repousa e fazendo inaugurar esta rua que toma, merecidamente, o nome de Hélio Ramos.

A aposição desta placa, que aí se vê, não é um tributo nosso ao colega Hélio; antes, o é do povo recifense. Estamos neste local, porém, para dizer a Hélio, se lhe é dado tomar conhecimento do que por aqui se passa, que justamente neste dia, marco de nossa despedida da Faculdade de Direito, mais dele nos recordamos, e que, em todos os momentos culminantes das solenidades da formatura, nosso pensamento estará voltado para aquele que aparentemente já se foi, mas que, na verdade, nunca se afastou de nossos corações.

(*) Discurso pronunciado em nome dos Bacharéis de 1956, no dia de sua formatura, quando da inauguração da Rua Universitário Hélio Ramos.

Jornal do Commercio – 30 de dezembro de 1956

ANEXO 3

O PROBLEMA AGRÁRIO NA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO

IMPRENSA UNIVERSITÁRIA RECIFE – 1965

Conferências e debates no Simpósio realizado, por iniciativa do IJNPS, em maio de 1963 (Recife). Introdução e sumários do Professor Estevão Pinto.



Antônio Carlos profere sua conferência, tendo ao lado o presidente da mesa, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, então Comandante do IV Exército

127

V CONFERÊNCIA

Conferencista:

Dr. Antônio Carlos Cintra do Amaral

Debatedores:

- 1º José Hesketh Lavareda (Da Universidade de João Pessoa).
- 2º Professor Fernando de Oliveira Mota (Da Universidade do Recife).
- 3º Marco Antônio Maciel (Pela U.E.P.).
- 4º Professor Antônio Carolino Gonçalves (Pelo IJNPS).

Sumário - O conferencista não tratou da reforma agrária propriamente dita, nem de seus problemas. Limitou-se a explicar o que pensa da "organização popular", que visa a três objetivos: o cumprimento da lei, "tornar o povo suficientemente forte para renovar a lei" e "formar a consciência", isto é, a consciência de seu poder. Obtidos esses três itens, a organização popular poderá conferir aos seus elementos a faculdade de escolher objetivos apropriados à realidade em que se encontram. Em seguida, o conferencista explicou o que o Governo entende por "Ordem"; a "Ordem" não se encontra "onde se pretende que estejam a segurança e a tranqüilidade sociais", mas na necessidade de aceitar as transformações sociais que se efetuam constantemente nos países subdesenvolvidos como o Brasil. Finalmente, o conferencista explica a atitude do Governo em face das greves na zona canavieira, motivadas pela falta de cumprimento da lei, por parte dos empregadores: o não pagamento do 13º mês, por exemplo, ou o seu pagamento incompleto.

Acredito que o problema da reforma agrária já foi tratado por pessoas da mais alta categoria, nas palestras que antecederam à minha, e, por isso, o objetivo de minha

vinda ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais é, antes, dar um depoimento pessoal de minha atividade prática, no exercido do cargo que me foi conferido pelo Governo Miguel Arraes. Na oportunidade, abordarei menos o problema econômico da zona canavieira e mais o problema social e político, porque as atribuições que venho exercendo no governo do Estado são exatamente as de estabelecer contacto entre o mesmo e as organizações camponesas do Estado de Pernambuco, especificamente as da zona canavieira. Cabe-me, pois, inicialmente, dizer o que é que entendo por organização popular.

A meu ver, a organização popular visa a três objetivos, que me parecem fundamentais. Em primeiro lugar, a organização popular tem por objetivo o cumprimento prático da lei em vigor. Não basta que as leis sejam elaboradas e entrem em vigor; é necessário que se mantenha vigilância permanente, no sentido de que as leis sejam postas em prática e venham corresponder aos objetivos a que se propõem.

O segundo objetivo, que me parece fundamental, é o de tornar o povo suficientemente forte para renovar a lei. Objetivo, a meu ver, a que se destina, paralelamente, a organização popular: o de renovar a lei, o de modificar a lei. Desde que vigorou em determinado momento, a lei, idealmente, atendeu à realidade social que correspondia ao seu momento. Mas, depois, a lei passou a ser desatualizada em relação à realidade social, que é dinâmica e que se está modificando. E, desde que a realidade social se está modificando, é necessário adaptar a lei à realidade social cambiante.

O terceiro objetivo é fazer com que essas organizações não se percam em lutas episódicas e fora de um processo em que todo o povo está engajado. A organização popular serve para formar consciência, alicerçar consciência, dar força a essa consciência. Por sua vez, a consciência, que é a organização forte, ajuda essa organização a se tornar cada vez mais forte, e, então, teremos determinadas classes ou determinadas categorias e camadas sociais organizadas dentro de um processo, que seria, no caso específico, o processo brasileiro. Parece-me, portanto, que a organização popular tem essa finalidade, talvez a mais importante: a de integrar o seu componente no processo em que ele se encontra engajado, dar-lhe uma visão conjunta do mesmo processo e fazê-lo atuar, conscientemente, dentro dele; tornando, desse modo, a sua participação mais válida e mais forte.

Ora, se, por um lado, entendo que a organização popular visa a esses três objetivos, por outro lado entendo que as organizações populares, especificamente as organizações populares brasileiras, têm que ter um caráter autêntico. Autêntico não apenas na sua forma, na forma como ela se nos apresenta; mas autêntico, também, em seus objetivos. A organização popular, conferindo possibilidade aos indivíduos dela componentes de terem uma visão conjunta do processo brasileiro, confere, também, a esses indivíduos organizados, a possibilidade de analisar o processo brasileiro, utilizar formas de organização e escolher objetivos que sejam próprios da realidade em que se encontram engajados; mas sem procurar imitar ou transplantar formas de organização, ou objetivos de organização que não se adaptam ao contexto nacional. Se o Governo entende que a organização popular é de uma importância fundamental para que se possa compreender e agir dentro do processo brasileiro, então o Governo tem que estimular as organizações. Se o Governo estimula as organizações e propicia condições ou meios para que elas se formem em maior número e se o Governo, ao mesmo tempo, procura tornar mais fortes as atualmente existentes, isso implica, evidentemente, em facilitar a renovação social.

Por outro lado, é preciso dizer qual o conceito de Ordem do Governo, no pressuposto de que o estímulo pode ser

levado em conta de um insuflamento à subversão. Acredito que a Ordem muitas vezes é confundida com a segurança e a tranquilidade sociais, o que me parece não ser válido por uma razão: a segurança e a tranquilidade sociais, a meu ver, existem apenas nas sociedades que adquiriram um determinado grau de estabilidade social. No Brasil, que é um país em desenvolvimento, no qual, por estar em desenvolvimento, se verificam transformações sociais rápidas, não pode existir segurança e tranquilidade sociais. Por quê? Porque a segurança e a tranquilidade sociais estão ligadas diretamente à estabilidade social, à não renovação social, à não transformação social. E a ordem não deve ser confundida com tranquilidade social. Quando se procura identificar ordem com segurança e tranquilidade sociais, de certa maneira se está, talvez inconscientemente, associando o conceito de segurança e de tranquilidade social àqueles interesses que se encontram dentro da sociedade brasileira e que estão sendo ameaçados pelos anseios de renovação social.

Gostaria, a propósito, de aludir a um trecho do professor Mannheim, que me parece sugestivo, sobre o problema da segurança e da tranquilidade sociais. O professor Mannheim, em um dos seus ensaios, diz o seguinte: "A insegurança, como destino geral, já não estando limitada às camadas sociais submergidas na sociedade, é uma das características da época moderna. É uma experiência trágica, porém, ao mesmo tempo, um caminho para o progresso moral e cultural. Completo erro seria interpretar o colapso das velhas hierarquias, dos velhos modelos de ordem, como um sintoma de decadência moral e cultural. Pelo contrário, devemos ver nisso um fator potencialmente positivo na educação da humanidade". As palavras do professor Mannheim aplicam-se, em tese, ao que existe hoje, não apenas em Pernambuco, mas em todo o Brasil — que se encontra em fase de transformação social rápida.

Portanto, se a Ordem não me parece estar onde se pretende que estejam a segurança e a tranquilidade sociais, parece-me que a ordem significa mudar democraticamente. A meu ver, o respeito pela ordem deve ser o respeito pela ordem democrática e o respeito à ordem democrática implica na necessidade de aceitar as transformações sociais que se estão efetuando no país. Logo, a ordem é a ordem democrática e a ordem democrática pressupõe o exercício de liberdade; e, se a ordem democrática pressupõe o exercício de liberdade, pressupõe, necessariamente, o exercício de organização popular e a liberdade, também, de renovar a sociedade brasileira. O que nos parece ser respeito à ordem é exatamente o respeito que temos às regras do povo democrático, no sentido de que as transformações sociais se efetuem sem se sair do ângulo específico da democracia; sem o sacrificio daquilo que já se conquistou e que não se quer perder — a nossa liberdade. E, se não se quer perder a liberdade, parece que o fundamental é facultar e assegurar concretamente o seu exercício, porque, na medida em que liberdade tem negado o seu exercício, ela não existe e, não existindo, não podemos defendê-la. A um governo estadual, que jurou respeito à Constituição Federal, acredito que o caminho mais prático e objetivo é o cumprimento integral da Constituição Federal, em todos os seus artigos e, sobretudo, nos artigos que implicam em conferir a liberdade a determinadas camadas sociais, que constituem, em última análise, o próprio povo brasileiro.

Gostaria, agora, de passar, dentro dessa perspectiva geral, a casos concretos, que surgiram em curto período do Governo e que ilustram a sua posição perante problemas talvez hoje mais discutidos. O problema, por exemplo, da greve camponesa, pelo 13º mês. A greve pelo 13º surgiu através das organizações populares atualmente existentes, que são fracas em número e em vigor, e surgiu, também,

de um movimento muitas vezes espontâneo, que, por ser espontâneo e desorganizado, é exatamente o movimento mais perigoso que pode existir. Surgiu a greve do 13º mês em função do não cumprimento da legislação federal vigente. Lembro-me de que fomos procurados por vários camponeses, especialmente das cidades de Jaboatão e de Moreno, comunicando a deflagração de greves nas usinas e engenhos daqueles municípios. Imediatamente o Governo do Estado entrou em entendimento com a Delegacia do Trabalho. O Delegado do Trabalho informou que já vinha fazendo gestões no sentido de que o 13º mês fosse pago. Em menos de 24 horas após a deflagração da primeira greve, houve uma reunião na Federação das Indústrias com dirigentes do Sindicato dos Usineiros, da Associação dos Fornecedores de Cana, com representante do governo do Estado e o Delegado do Trabalho, na qual ficou firmado um acordo no sentido de que a Delegacia do Trabalho iria expedir instruções. Nessa ocasião, reconheceram os grevistas que muitos pagavam e já tinham pago de acordo com a lei, muitos não tinham pago e outros o haviam feito em bases inferiores às determinadas pela lei. Esses fatos foram reconhecidos pelos dirigentes dos órgãos de classe dos usineiros e dos fornecedores de cana. Firmou-se, então, o compromisso de apressar o pagamento do 13º mês e pagarem-se as diferenças ainda não pagas. Expedida a instrução da Delegacia do Trabalho, a greve de Jaboatão foi imediatamente suspensa, e o pagamento, menos de 48 horas após a deflagração da greve, foi retomado, e o trabalho começou a ser normalizado, mesmo em várias propriedades situadas na zona sul do Estado, o que suscitou, ainda há pouco tempo, no mês passado, greves isoladas.

E, então, o Governo veio a ser acusado de não conter a greve dos camponeses, quando esta, na realidade, baseavase no não pagamento de uma gratificação legal. O Governo, que jurou cumprir a Constituição e, por conseqüência, as leis em vigor, só tinha uma posição a assumir — a de respeitar a greve dos camponeses, que visava ao cumprimento de uma obrigação legal.

Não houve, desse modo, desordem, mas algo de novo na estrutura do poder em Pernambuco – a obrigação de cumprir a Constituição e, se é uma Constituição realmente democrática, há o dever de não utilizar a violência para defender a democracia. É um contra-senso utilizar a violência para defender a democracia; a obrigação é garantir o exercício da liberdade e fazer cumprir a lei. Não há, pois, propriamente base para a acusação, que alguns círculos fazem, de que se estimula ou patrocina a desordem e a subversão. Caso semelhante foi o da greve de camponeses ocorrida em uma das cidades fora da zona canavieira do Estado, motivada pelo pagamento de diária abaixo do estabelecido por lei. Queriam os proprietários que o Governo forçasse os trabalhadores a retornar ao trabalho, mesmo com o salário pago ilegalmente. E, como o Governo se negasse a atendê-los, confessaram os empregadores que os trabalhadores, anteriormente, viviam satisfeitos com tais salários e até trabalhavam um dia, por semana, de graça.

Há cerca de uns vinte dias, em uma das usinas do município de Joaquim Nabuco, não havia ainda sido pago o 13º mês; um vereador, candidato à reeleição naquela usina, procurou fazer com que os camponeses fossem à greve, quando não estavam ainda esgotadas as possibilidades de entendimento sem greve. O Governo chamou, então, esse candidato, que estava fazendo eleitoralismo em torno do problema do camponês, dizendo-lhe que não compactuava com nenhuma pessoa que procurasse aproveitar-se de um problema social e econômico, como é o do camponês, para disso tirar proveito eleitoral. Assim, encaminhou o Governo a questão, não se consumando a greve. Há algum tempo atrás, houve

uma invasão do morro dos Guararapes e o Governo, imediatamente, entrou em entendimentos com os proprietários de terrenos vizinhos para evitar que se desalojassem, pela força, as famílias que haviam invadido, por necessidade e até desespero, o terreno dos Guararapes, já que, ao mesmo tempo, lhe competia defender aquele patrimônio histórico. O entendimento fez-se através do Serviço Social Contra o Mocambo, dentro de um plano de urbanização traçado pelo Governo do Estado. Esses entendimentos já iam bem encaminhados, quando, um dia, correu a notícia de que se planejava uma passeata, com rumo ao Palácio do Governo e o intuito de solucionar um problema que já estava sendo resolvido. O mentor do plano era candidato a vereador em Jaboatão. O Governo lhe fez ver que estava mistificando o povo e não permitiu que a farsa continuasse.

O concreto, que existe aqui e em todo o país, é a luta entre uma sociedade velha, que pretende subsistir, e uma sociedade nova, que aos poucos está substituindo essa sociedade velha. Isso é democrático e legítimo. Essa substituição é necessária ao fortalecimento do processo democrático e o nosso dever, como homens de Governo, deve ser ajudar essa substituição, consolidá-la e trabalhar por essa sociedade nova. E, trabalhando por essa sociedade nova, contribuir para que a democracia seja mantida e fortalecida no país.

1º DEBATEDOR

Professor José Hesketh Lavareda (Pela Universidade de João Pessoa)

Sumário — O debatedor suscita a seguinte questão: as massas se acham suficientemente conscientizadas a ponto de perceberem quais são, realmente, os problemas nacio-

nais a que devam, através do voto, dar solução? Não estariam essas massas sendo levadas por líderes incompetentes ou de má-fé? Tem a massa ou o povo intuição desses problemas? Os que pensam que a massa já esteja suficientemente conscientizada vivem sob "hipnose global" à espera de alguma solução mágica em uma época em que domina a ciência. Em seguida, indaga por que as fricções sociais, provocadas pela falta de pagamento do 13º mês salarial, se fizeram sentir mais em Pernambuco do que em outras regiões do Nordeste, igualmente canavieiras. E, por fim, qual o plano do Governo de Pernambuco para solucionar o problema agrário, onde essa questão se deslocou do seu ponto de apoio principal, que consistia, por parte dos camponeses, em pleitear terras.

Todos admitem, não há dúvida, que vivem num processo dinâmico ou de mutação e que a ordem de ontem não será a de hoje e muito menos a de amanhã. Portanto, não há dúvida de que esse dinamismo culminará com a instalação de uma nova ordem, uma ordem diferente daquela que temos. Isso é óbvio.

Agora, o problema que está me preocupando, como um interessado pela Antropologia, é o seguinte: será que os que apóiam as soluções de massa — soluções que todo mundo defende para não ser tachado de reacionário — se lembram da insuficiente conscientização dessas massas? Essas massas estarão conscientizadas a ponto de perceberem quais são realmente os problemas nacionais a que elas darão solução através do voto? Essa insuficiente conscientização permitirá às massas ter uma visão completa e ampla dos problemas nacionais, ou essa visão é dada por certas pessoas que se aproveitam das massas, mas não percebem, realmente, os verdadeiros problemas nacionais? Ou por pessoas que transformam problemas pessoais, ou proble-

mas de partido, em problemas nacionais? Essa é uma das perguntas que eu queria fazer. O povo, a massa, dentro desse processamento de transformação, tem intuição dos problemas nacionais? É outro problema carente de análise porque se fala muito em povo, em massa, em soluções de massa e é interessante saber se a massa ou o povo tem intuição desses problemas. Minha impressão é que esses problemas são tão difíceis que nós, que nos preocupamos com eles, não os percebemos bem. Iremos, então, entregar a sua solução à massa, a sua solução ao povo? Talvez estejamos sob um processo de hipnose global, fazendo concessão à ação de certas palavras mágicas, das quais esperamos solução, como muita gente espera solução de um amuleto, espera solução de uma invocação qualquer. Talvez estejamos esperando soluções mágicas da massa, do povo, quando vivemos numa época de ciência e devemos esperar as soluções do campo de onde elas podem vir.

A segunda observação é a seguinte: por que as fricções sociais se fizeram sentir mais em Pernambuco do que nos outros Estados do Nordeste? Por que o não pagamento do 13º mês salarial provocou tanta celeuma no Estado de Pernambuco sem que houvesse igual celeuma nos outros Estados? Em Estados que também possuem atividade canavieira, como Sergipe, como Alagoas, como a Paraíba, como o Rio Grande do Norte?

O terceiro problema (dizem os velhos mestres franceses que "la critique est aisée et l'art est difficile") consiste em indagar qual o plano, o esquema ou a filosofia do Governo com relação à solução da questão agrária em Pernambuco. Que pretende fazer o Governo para solucioná-la?

Começou a questão agrária em Pernambuco com o problema das Ligas Camponesas. Queixam-se os camponeses de que não têm terra. Entretanto, a questão já se deslocou do seu ponto de apoio; estão os camponeses, agora, não mais a pleitear terra, mas a pleitear salário. E isso quer dizer que a questão passou das Ligas Camponesas para o Sindicato Rural. Gostaria que o Dr. Antônio Carlos nos desse uma explicação de como se processou o fato. E essa é a quarta questão que formulo.

2º DEBATEDOR

Professor e economista Fernando de Oliveira Mota (Da Universidade do Recife)

Sumário — O debatedor indaga o que entende precisamente o conferencista pela expressão "processo brasileiro" e reforça a indagação do Professor Lavareda, a saber, qual é a orientação do Governo relativamente à questão agrária e como encara o Governo esse problema particularmente na zona da mata. Pernambuco, de acordo com os dados estatísticos do censo de 1950, defronta-se com dois problemas — o do minifúndio (a pequena propriedade antieconômica) e o do latifúndio. Mais de 30% da área considerada agrícola é constituída de "terras incultas". A solução do problema agrário tem, pois, duplo aspecto: como utilizar e como reutilizar as terras agrícolas.

Fui surpreendido com o tema desenvolvido pelo conferencista, pois, em vez de tratar do problema da reforma agrária em Pernambuco, atribui-se a si, apenas, a incumbência de mostrar as razões da orientação que vem seguindo à frente da sua Secretaria de Estado. Dentro das razões por ele apresentadas, o conferencista expôs muito bem o problema da organização popular, chamando a atenção para um dos objetivos dessas organizações populares — formar consciência do processo histórico brasileiro, ou do "processo brasileiro" (como ele diz simplesmente). Como

economista, sou um tanto apegado à precisão dos conceitos e muito estimaria ouvir, da parte de S. Exa., esclarecimentos sobre o que entende quando fala em "processo brasileiro".

Reforço a apreciação já feita pelo Professor Lavareda: tomando o Governo a atitude de ajudar ou estimular a formação dessas organizações, de modo que elas possam, na realidade, integrar-se no processo brasileiro — no processo, sobretudo, acredito, do desenvolvimento econômico por que está passando o país —, parece-me de fundamental importância saber qual a política, qual a orientação do Governo em relação, digamos, ao problema da reforma agrária. Isso me parece, de fato, um problema de crucial importância, porque, na realidade, se passou, quase instantaneamente, em Pernambuco, de reivindicações de terra para reivindicações de salários.

Como o Governo encara o problema da reforma agrária, particularmente na zona da mata? Há, sem dúvida, certos aspectos a considerar. Em estudo que tive oportunidade de realizar, em 1954, para o Banco do Nordeste, cheguei à conclusão — e acredito que essa conclusão, até certo ponto, se justifique para todo o Nordeste — de que Pernambuco se defronta com dois problemas: por um lado, o problema do minifúndio e, por outro lado, o problema do latifúndio. Pode-se ver, pelos dados estatísticos do censo de 1950, pois não dispunha dos de 1960, que a área total utilizada em atividades agrícolas corresponde a cerca de 50% da área total do Estado. Dessa área agrícola, 19,4% são utilizados em lavouras, 19,5% em pastagens, 21,3% em matas e 32,25% em terras incultas. Esse aspecto me parece realmente digno de atenção: terras incultas, de acordo com a denominação censitária, são terras que poderiam ser utilizadas economicamente e que, à data do censo, não estavam sendo utilizadas. E acho que com isso já se evidencia a necessidade de reutilização da terra em nosso Estado, sendo o problema principal como reutilizá-la. Tal, evidentemente, o problema da política governamental — o de como reutilizar as terras incultas.

Se a necessidade de reutilização das terras incultas é evidente, o outro aspecto se torna de mais difícil solução. Considerando os estabelecimentos agrícolas então recenseados por grupos de áreas e distribuídos, percentualmente, quanto ao número de estabelecimentos e quanto à área rural do Estado, chega-se à seguinte situação: as propriedades de menos de 5 hectares equivalem, quanto ao número total, a 55,3% desses estabelecimentos, e quanto à área total ocupada, a apenas 4,4%; os estabelecimentos de 5 a 100 hectares equivalem, respectivamente, a 39,7 e a 27,2%; os de 100 a 2.000 hectares, respectivamente a 4,9 e 51,8%. Desprezando os estabelecimentos de 5 a 100 hectares, verifica-se o seguinte: primeiramente, que 55,3% dos estabelecimentos, quanto ao número, ocupavam 4,4% da área rural; em segundo lugar, que 10% dos estabelecimentos ocupavam 68% da área rural. À vista desses dados, vê-se, claramente, que Pernambuco se defronta com o do minifúndio e o do latifúndio: o do minifúndio, pequena propriedade que, ao nível da tecnologia atual, se afigura de logo antieconômico e, de outro lado, o de latifúndio ou, em outras palavras, simplificando, o da grande propriedade, cuja utilização antieconômica parece ser indicada pela existência de 32.2% de terras incultas.

Mas não é só isso. Que entende o censo por terras incultas? Somente terras que não estavam sendo utilizadas naquele momento. Mas não diz, por exemplo, que tipos de plantação poderiam ser cultivadas nessas terras e que técnica poderia ser empregada na utilização das mesmas, etc. E, assim, surge, outra vez, o problema de como utilizar essas terras. É digno de atenção o fato de que, no processo de

evolução e de desenvolvimento econômico, confrontandose dois países de sistemas políticos inteiramente diferentes — a União Soviética de um lado e os Estados Unidos do outro — ocorre sempre, associado a esse processo de desenvolvimento, o processo de consolidação de pequenas propriedades em maiores propriedades. Isso as estatísticas, tanto as da União Soviética quanto as americanas, ilustram. Pareceme, pois, que, no nosso caso, nos defrontamos ao mesmo tempo com dois problemas diferentes: o da "consolidação" e o da "distribuição". Mas, evidentemente, os dois têm que ser vistos conjuntamente; como "utilizar" e "reutilizar" a terra é problema de política, gostaria de saber qual que o Governo está seguindo nesse particular.

3º DEBATEDOR

Acadêmico Marco Antônio Maciel (Pela União dos Estudantes de Pernambuco)

Sumário — O debatedor confessa que se preocupa com a aplicação da legislação trabalhista ao homem do campo, visto como, segundo afirmam os usineiros e proprietários rurais, não estão os mesmos em condições de atender às vantagens asseguradas por ela ao camponês. Se assim é, como resolverá o Governo o problema do desemprego, que será fatal? Termina congratulando-se com o Governo do Estado pela maneira de encarar o problema das relações entre o proprietário rural e o trabalhador do campo.

Problema de ordem prática preocupa-me neste instante, o que diz respeito ao *Estatuto do Trabalhador Rural* e à extensão das leis trabalhistas ao homem do campo, recentemente aprovadas pelo Governo Federal. Parece-me que, embora essas leis já estejam em vigor, não estão sendo

aplicadas, conforme afirmou o Professor Antônio Carlos, com todo o seu rigor, sobretudo o *Estatuto do Trabalhador Rural*, que parece não ter regulamentado os problemas, por exemplo, de como evitar as relações de parceria e outros métodos de exploração rural.

Em segundo lugar, pergunto-me como o Governo poderá, então, enfrentar o desemprego, que naturalmente virá a ocorrer com a aplicação dessas leis, visto que, como dizem os proprietários, em face da organização econômica das usinas e fazendas do interior, no Estado, torna-se praticamente impossível pagar os salários e outras vantagens asseguradas ao homem do campo pela referida legislação. A propósito, congratulo-me com o Governo do Estado pelo modo de encarar o problema das relações entre o camponês e o proprietário. As transformações sociais deverão vir e são, mesmo, uma necessidade imperiosa. Mas devem vir sem a utilização de forças policiais e sem a radicalização que a intervenção dessas forças policiais pode acarretar.

4º DEBATEDOR

Prof. Antônio Carolino Gonçalves (Do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais)

Como pesquisador do Instituto Joaquim Nabuco, queremos confirmar, mais uma vez, que este Instituto tem se preocupado, desde muito tempo, com as condições do trabalhador rural. Foi mesmo um dos objetivos da sua fundação. De tal maneira, seria leviana ou imprudente qualquer afirmativa que atribuísse à nossa iniciativa atual, a de realizar um simpósio sobre reforma agrária na zona canavieira do Nordeste, qualquer atitude de oportunismo político.

Há dois anos atrás, uma das nossas equipes de pesquisa realizou na zona da mata de Pernambuco, particularmente

na zona canavieira, a mais ampla pesquisa já realizada sobre as condições de vida do trabalhador rural, sob a direção do economista e engenheiro Telmo Maciel, cujo relatório, infelizmente, permanece inédito à espera de impressão, que certamente acontecerá dentro em pouco.

Os resultados dessa pesquisa foram comparados com os resultados obtidos há mais de 25 anos por um médico pernambucano, hoje radicado em São Paulo — Públio Dias — e, aí, verificamos que as condições da zona da mata pernambucana pouco variaram nesses 25 anos.

Antes de fazer duas ou três indagações ao conferencista, nós nos sentimos com vontade de afirmar que somos não só pela reforma agrária, mas também pela reforma total de toda a sociedade brasileira, não só no seu setor primário (agricultura), como no setor secundário (indústria) e nos setores terciários (comércio, administração, serviços, ensino), a fim de que não sejam melhoradas, apenas, as condições de vida do trabalhador rural, mas também sejam melhoradas as condições de vida de todos os brasileiros, a fim de que no Brasil se possa instalar uma sociedade autenticamente democrática, em que haja menos ricos e, também, menos pobres. Reformas as mais amplas e justas, mas realizadas autenticamente, dentro da ordem, dentro da democracia e dentro da legalidade, sem agitação, sem demagogia e sem oportunismo.

A respeito do objetivo principal do Seminário, que era restrito ao problema agrário na zona canavieira, gostaríamos de ouvir, do Dr. Antônio Carlos, a seguinte opinião: se a reforma agrária deveria ser integral e imediata, como aqui, por exemplo, na primeira sessão, foi proclamado pelo Deputado Francisco Julião, ou se ela poderia ser ou deveria ser gradativa, partindo de planos bem realizados, bem coordenados, bem postos, levando em consideração as características das áreas, por onde começar a reforma, através

de leis agrárias flexíveis; depois de vitoriosas as primeiras reformas-piloto, a experiência iria sendo ampliada a fim de que, beneficiados hoje alguns milhares, amanhã pudessem ser beneficiados todos os milhões de trabalhadores rurais brasileiros

Ainda se, na opinião de V. Exa., essa gradação da reforma agrária não deveria também levar em consideração a nossa limitação de pessoal, a limitação dos quadros técnicos do governo, para orientar a reforma agrária e bem executá-la, pois que de nada valeria, por exemplo, dividir a terra e dar um lote a cada homem, se a esse homem não se desse assistência, se não se levasse em consideração o homem que devia receber a terra em condições de torná-la economicamente rentável. Dentro em pouco tempo nós teríamos, então, o que já se chamou muito bem de "favelismo rural", gerando milhares de pequenas propriedades rurais desajustadas, unidades improdutivas que se tornariam em dependência do Tesouro Nacional, com a agravação de todo o problema.

Falou-se muito neste Seminário — e somos um dos últimos debatedores — a respeito da organização cooperativa dos trabalhadores rurais, e gostaríamos de saber também a opinião do Professor Antônio Carlos, professor de Sociologia, sobre se acredita que os nossos homens do campo realmente se organizem em cooperativas, de vez que não me parece haver realmente entre eles o desejo de se organizarem em cooperativas. Nós, em Pernambuco, tivemos o exemplo das cooperativas à Agamenon, cuja experiência nos foi muito amarga, em face do fraco espírito associativo das nossas populações.

São essas as perguntas que gostaríamos de ver respondidas, lembrando, entretanto, para terminar, duas advertências a propósito de reforma agrária. Uma, por exemplo, da pessoa totalmente insuspeita para nós, nordestinos – o Mi-

nistro Celso Furtado, em torno de cuja pessoa se formou há pouco tempo um movimento nacional —, a qual, em entrevista à revista *Visão*, declarou que a reforma agrária é uma coisa necessária e urgente, mas é uma coisa muito complexa, exigindo um plano muito bem coordenado, e, se for mal feita, será um desastre. São palavras quase textuais.

E a outra advertência é de um Padre — hoje é de bomtom sempre se citar um padre ou se falar numa encíclica —, o Padre Lebret, que estudou, aqui em Pernambuco, os problemas do desenvolvimento econômico do Nordeste. No relatório que apresentou ao Governo do Estado, há alguns anos, lá figura a seguinte frase: "A reforma agrária no Nordeste é uma coisa urgente, inadiável, de necessidade imediata, mas deve ser bem planejada, bem coordenada, se não a situação será catastrófica, pior do que a atual".

RÉPLICA

Sumário — O conferencista faz distinção entre massa informe ou desorganizada e massa organizada ou povo, não explicando, todavia, como elas se distinguem. E reafirma que as soluções autênticas são exatamente as que partem da consciência popular. Não confia na ciência para a solução dos problemas sociais. Explica, em seguida, porque o Governo permite as fricções sociais, desde que apoiadas na lei. Não se reconhece autoridade para falar em reforma agrária, que é problema complexo e nacional, mas de urgente solução.

Dr. Antônio Carlos: O Professor Lavareda levantou a dúvida de que as soluções de massa pudessem ser realmente eficazes e corretas. Mas, em minha palestra, não preconizei soluções de massa, afirmando até que temia o perigo das

soluções de massa. Preconizo a sua organização para fugir-se às soluções da massa informe e desorganizada que, por ser informe e desorganizada, não pode realmente ter uma perspectiva certa dos problemas. O que me parece fundamental hoje no país é exatamente evitar que as massas desorganizadas atuem, e a única maneira de evitar que as massas desorganizadas atuem, com real perigo, consiste em estimular as organizações de massa. Nestas organizações, as massas não somente adquirirão força para dar soluções, mas adquirirão também consciência. Uma das maiores vantagens da organização é exatamente esta, a de dar consciência à massa organizada e possibilitar que ela, através da organização, analise o processo e aja no processo. É claro que, enquanto as massas desorganizadas agirem, enquanto não houver suficiente organização de massa, maior será o risco das soluções erradas e maior será o risco de que as soluções preconizadas não sejam soluções que realmente interessem às massas. O que me parece de importância fundamental é não acreditarmos em soluções pregadas por indivíduos. As soluções autênticas são exatamente aquelas soluções que partem da consciência popular, que são queridas pela consciência popular. E a consciência popular só se forma na organização. Usando de um termo que me parece mais correto do que massa, acredito nas soluções do povo, do povo organizado. A massa, no momento em que se organiza, perde o caráter de massa propriamente dita. Não creio em ninguém que possa interpretar o pensamento do povo a não ser o próprio povo. Enquanto o povo não se organiza e tem um pensamento válido, parece-me que há realmente o perigo de que o pensamento do povo seja o pensamento dos que se pretendem impor como seus líderes. Isso há. A maneira de encaminhar o povo para soluções corretas consiste no estímulo à sua organização. O professor Lavareda falou da ciência moderna e parece-me que a ciência tem um papel importante nas solu-

ções dos problemas sociais. Porém não podemos confiar na ciência para as soluções populares. Acredito que o povo deve se valer da ciência para encaminhar as soluções.

A segunda observação parece digna de registro, isto é, a de que as fricções sociais em Pernambuco são em maior número do que nos outros Estados. Não creio existir, aqui, como muitos pretendem, uma coisa inteiramente absurda e inconsequente. Existe, sim, o respeito às organizações populares e o estímulo a essas organizações. Existe, fundamentalmente, a preocupação constante do Governo de fazer respeitar a Constituição Federal. Os camponeses que recebiam diárias de setenta cruzeiros e se mostravam, segundo informam os empregadores, satisfeitos, na realidade não o estavam e hoje demonstram a sua insatisfação. Aconteceu que respeitamos a sua insatisfação. É por isso que parece existir maior fricção social em Pernambuco. Na medida em que se asseguram as liberdades democráticas, as fricções, que existiam reprimidas, passam a aflorar. Mas se reprimirmos as fricções sociais, elas procurarão outros caminhos para manifestar-se. Existe algo realmente diferente em Pernambuco, mas diferente neste sentido específico. Permitimos que as fricções sociais se mostrem; existiam antes. Damos liberdade para que elas se manifestem e procuramos resolvê-las, ou, pelo menos, encaminhá-las.

O problema da Liga Camponesa e do Sindicato, que foi suscitado pelo Professor Lavareda, como uma distinção entre o propósito de lutar pela terra e o propósito de lutar pelo salário.

Dr. José Lavareda: Quero esclarecer qual é exatamente a minha pergunta a esse respeito. Nessa mudança brusca de anseios, o que me preocupa não é o fato de haver isso ou aquilo, mas, exatamente, a mudança repentina de anseios. Esse é o problema que me preocupa.

Dr. Antônio Carlos: A meu ver, não houve mudança de anseios; mas está em jogo, hoje, no Estado, o problema dos salários. Existem outros problemas de estrutura, mas fundamentalmente, existe o problema do salário. O Sindicato é um órgão legal, reconhecido pela Constituição, e o que está acontecendo em Pernambuco não passa de um fortalecimento dos sindicatos e, especificamente, a compreensão de que não adianta tentar resolver problemas que não sejam concretamente colocados.

O Professor Fernando Mota observou que a minha palestra teria fugido, de certa forma, ao tema geral do simpósio. Mas, no convite que recebi, não se falava do tema "Reforma Agrária". O tema colocado no convite, no programa recebido, era "O Problema Agrário na Zona Canavieira" e, como exerço uma função e fui convidado para exercer essa função no Governo do Estado, procurei dar o meu depoimento, de certa forma relacionado com o problema agrário da zona canavieira. Não somente não me reconheço autoridade para falar sobre reforma agrária como, ainda, achei que poderia trazer uma contribuição melhor se abordasse o aspecto de que todos já têm conhecimento.

Todavia, sobre o problema específico da reforma agrária, poderia apenas dizer que a posição do Governo consiste em considerar a reforma agrária um problema de âmbito nacional; não nos propomos, aqui, a fazer reforma agrária e, sim, resolver os problemas que estão sendo colocados na ordem do dia, usando o Governo de suas atribuições e de sua competência para procurar solucioná-los. Poderia acrescentar, não obstante, que o problema da reforma agrária deve ser analisado objetivamente e não com fórmulas e palavras; analisado concretamente em função da realidade específica nacional e em função das realidades regionais.

O universitário Marco Antônio abordou o problema da aplicação das leis trabalhistas ao homem do campo. Quando o atual Governo tomou posse, esse problema foi imediatamente encarado (salário mínimo, férias, repouso remunerado) e, como verificamos que o pagamento do salário mínimo imediato representaria um abalo para a economia do Estado, solicitamos às lideranças camponesas que dessem um prazo de 90 dias para que o salário mínimo entrasse em vigor na zona rural. Coincidiu que, nessa mesma época, foi aprovado pela Câmara dos Deputados o Estatuto do Trabalhador Rural, que prevê sua vigência dentro de 90 dias da publicação, o que, mais ou menos, coincidiu com o prazo que solicitamos e nos foi concedido. Por isso é que, por atuação do Governo, no sentido de evitar um impacto à economia do Estado, somente em junho os camponeses passarão a reivindicar o pagamento do salário mínimo na zona rural do Estado.

O universitário Marco Antônio fez referência, igualmente, ao problema da estrutura. Tem havido, de fato, reações dos camponeses contra certas estruturas agrárias. Tivemos um exemplo que foi muito expressivo. No mês de fevereiro, pouco depois da posse do Governador, fomos procurados por uma comissão de camponeses de um engenho de Vitória, comunicando-nos que entrariam em greve; o motivo alegado para essa greve era exatamente o fato de que os camponeses, na sua grande maioria, trabalhavam em regime que não lhes convinha mais; queriam trabalhar como assalariados, recebendo o salário mínimo. Depois da atuação do Governo e da compreensão de que realmente essa transformação súbita não lhes seria possível, no momento, dentro das condições em que se encontrava o Estado, eles aquiesceram em transformar o foro em dinheiro. Por causa desse movimento fazíamos reuniões quase diárias e, trinta e sete dias após a eclosão da greve, encontrou-

se uma fórmula de conciliação — o pagamento por hectare. Tornou-se necessário que o Governo designasse uma comissão composta de técnicos, inclusive um agrônomo, economista da CODEPE, aqui presente, a qual determinou, através de estudos, o pagamento do foro anual de quatro mil cruzeiros por hectare; essa fórmula foi aceita pelas duas partes, voltando os trabalhadores ao trabalho.

O Dr. Antônio Carolino Gonçalves situou bem o problema da reforma, dentro da ordem democrática; reforma, sobretudo, autêntica, não somente agrária, mas de todas as outras estruturas sociais. Nossa preocupação, como homens que detêm uma responsabilidade do poder público, é exatamente esta: primeiro, que as reformas sejam autênticas, que não sofram do pecado da transplantação de modelos ou da limitação de modelos, mas que sejam reformas em função da realidade nacional; em segundo lugar, que as reformas sejam encaminhadas dentro da ordem democrática. O Professor Antônio Carolino Gonçalves indagou se eu tenho preferência por uma reforma gradativa ou radical. Acho que isso está mais ou menos incluído na resposta anterior, porque, se acredito na ordem democrática, é claro que as reformas se processarão, com maior ou menor rapidez, mas sempre no momento exato. O que me parece fundamental é o estudo das condições objetivas sociais; as reformas só poderão vir quando houver condições objetivas para que elas venham. Não se pode pensar numa determinada reforma e pretender que ela entre em vigor amanhã. É necessário que ela corresponda ao desenvolvimento social do país; é necessário que ela já esteja madura. O que me parece correto é não criar fórmulas milagrosas. Acredito que a reforma agrária é um problema complexo. Acho que nenhuma reforma agrária será feita em termos simplistas. Exemplo concreto de um slogan: "Reforma Agrária é dar terra a quem não tem, tirando de quem tem". Mas a reforma

agrária é uma realidade social; é muito mais complexa do que demonstram essas fórmulas que se anunciam.

Estou, portanto, com o professor Antônio Carolino Gonçalves e, de certa forma, também, com o pensamento das pessoas a que ele se referiu, no sentido de que há perigo em reformas precipitadas. Agora, o fundamental, a meu ver, é a sua urgência e necessidade. Como devemos fazê-la é também outro problema complexo.

PELÓPIDAS: MEU CANDIDATO É ANTÔNIO CARLOS

Tendo discordado, publicamente, da posição adotada pelo Diretório Municipal do Partido Socialista, pela maneira precipitada como se processou, considero-me agora no dever de definir, de modo inequívoco, o meu pensamento sobre a sucessão.

O povo do Recife está atento para a solução do problema municipal. E eu me sinto na obrigação de fazer, perante esse povo, de quem tenho recebido tantas e tão expressivas provas de apreço, um pronunciamento claro e convincente.

Venho procurando atuar no sentido de que o Governo do Município seja entregue a um nome honrado, que represente, de fato, a consciência política do povo do Recife e que una as diversas correntes que compõem a chamada "Frente do Recife".

Entre os dignos companheiros dos partidos que compõem essa "Frente", agora ampliada com o PSD, o PTN e o PRT, estão em destaque o Deputado Federal Arthur Lima Cavalcanti e o Bel. Antônio Carlos Cintra do Amaral.

Arthur e eu fomos candidatos, em legendas diferentes, a Deputado Federal. Ambos recebemos votos das esquerdas, da área nacionalista e do eleitorado sem ligação com partidos políticos. Entendo que Arthur Lima, que muito merecidamente conquistou o mandato, tem uma tarefa relevante a desempenhar na Câmara Federal, pela sua capacidade de

luta e pelo seu patriotismo. Nós, nacionalistas, contamos com um pequeno número de deputados e não se pode subestimar a importância da presença do Deputado Arthur Lima na Câmara Federal, especialmente agora, quando nos empenhamos, com o apoio maciço do povo brasileiro, através de extraordinária mobilização da opinião pública, na votação das reformas de base.

Sinto-me à vontade para assim raciocinar, porque concorri ao cargo de Deputado Federal, apesar das grandes dificuldades pessoais que resultariam da minha eleição.

Antônio Carlos Cintra do Amaral está apoiado pelas bases populares, constituídas pelos sindicatos operários, pelos diretórios estudantis, pelas associações de bairro, e tem o apoio, que se amplia cada vez mais, de inúmeros setores das profissões liberais. É também inatacável no ponto de vista moral.

Do exame cuidadoso das duas candidaturas, da observação das condições que apresentam ante o povo desta cidade, tomo a posição de indicar ao eleitorado do Recife o nome de Antônio Carlos Cintra do Amaral.

Com a maior receptividade nas organizações sindicais e estudantis, com uma atuação marcante no atual Governo do Estado, na qualidade de Secretário Assistente, de posição ideológica bem definida, estou certo de que Antônio Carlos terá as melhores condições de unir a "Frente do Recife".

Por essa solução estarei trabalhando dentro e fora do meu Partido.

Jornal do Commercio − 1º de junho de 1963

ANEXO 5

BACIA DE PILATOS

GUERRA DE HOLANDA

Conheci Antônio Carlos Cintra do Amaral quando ele foi meu diretor no "Servico Social Contra o Mocambo".

Guardo dele uma boa impressão, sobretudo a impressão daquela seriedade que ele procurava imprimir à função pública. Sóbrio nas palavras e nos gestos, a quase ninguém tratava com intimidade, muito embora fosse cordial. Não me lembro de o haver surpreendido, uma vez sequer, derramando-se em efusivos gestos de agrado ou de simples comunicabilidade. Daí minha estranheza quando vi sua candidatura se formando, para chegar à Prefeitura do Recife, como sucessor do Prefeito Miguel Arraes.

Teria mudado o Antônio Carlos, tornando-se um político flexível e transigente, ou os adeptos de sua candidatura teriam que enfrentar a imensa dificuldade de convencer os eleitores a sufragar o nome de um moço tão pouco eleitoral, no sentido comum da expressão?

Nunca fui nem pretendo ir a comícios de ninguém. Por isso, procurava me informar a respeito da conduta de Antônio Carlos, no momento de falar ao povo, nos comícios. Como seria aquele homem sóbrio, medido, substantivo, em um palanque, diante dos eleitores? As informações que eu recebia, alteradas, todas elas, pelo apaixonamento político, não me davam oportunidade de confrontar o Antônio Carlos de ontem com o Antônio Carlos de hoje, candidato à Vice-Prefeitura do Recife.

Domingo, porém, tive oportunidade de ouvi-lo, no "Guia Eleitoral", e o mesmo homem sério e sóbrio ainda está nele, desapegado, inteiramente, dos adjetivos pomposos.

Quando quase todos os candidatos, numa vontade compreensível de agarrar o voto, pedem que lhe sufraguem o nome, em agosto, ouvi dele, candidato também como os outros, uma advertência ao eleitor, no sentido de que só votasse nele quem estivesse, realmente, identificado com sua maneira de pensar e de agir. Ninguém o ajudasse a chegar ao poder sem que estivesse consciente do ato que estava realizando, pois era um homem de pensamento definido, de conduta certa, e não queria equívocos, mais tarde, a seu respeito.

Podemos discordar das idéias desse moço; mas temos que louvar a sinceridade, tão rara, como ele se apresenta ao eleitorado, nas vésperas de um pleito tão decisivo.

155

Diário da Noite - 13 de agosto de 1963

ANEXO 6

DEMOCRACIA E CULTURA¹

É com satisfação que recebo de meu amigo Abelardo da Hora, neste momento, o cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura. Abelardo da Hora, que aprendi a admirar não apenas como artista, mas também pelo seu trabalho, nesta Secretaria ou no Movimento de Cultura Popular, em favor do desenvolvimento cultural de nossa cidade.

Não é a primeira vez que exerço funções públicas ligadas ao Recife. Já participei antes, com muita honra, da gestão do Prefeito Miguel Arraes. E essa experiência anterior deu-me a oportunidade de conhecer o povo desta cidade, na sua luta quotidiana pela subsistência e pelo progresso, tão difícil na situação social em que se encontra, vivendo na capital de uma região subdesenvolvida como o Nordeste brasileiro. Conheço a bravura desse povo, que ainda mantém acesa a fé no futuro, quando às vezes parece apenas o prolongamento da miséria presente. Povo que está sempre disposto a atender a nosso apelo para defender a liberdade, mesmo que essa liberdade quase sempre lhe seja negada pela organização social e econômica a que está vinculado. Povo que admiravelmente ainda acredita no voto, apesar de serem, os mandatos que desse voto se constituem, tantas vezes utilizados contra ele próprio, na defesa de interesses de grupos econômicos.

¹ Discurso de posse no cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura, em dezembro de 1963 (Recife-Pernambuco).

Assumo, assim, a Secretaria de Educação e Cultura, já identificado e comprometido com a comunidade com que irei lidar. Sinto-me honrado com o convite que me foi formulado pelo Prefeito Pelópidas Silveira e espero, com as aptidões e as limitações que me são naturais, prestar minha colaboração à sua obra administrativa. Não poderia fugir a essa convocação. Em primeiro lugar, pela admiração que sempre tive pelo Dr. Pelópidas Silveira, como homem público ligado às causas populares, admiração que se robusteceu no transcurso da recente campanha eleitoral. Em segundo lugar, pela oportunidade que me confere de corresponder, com meu trabalho no âmbito municipal, à confiança que me foi depositada, em 18 de agosto último, por 77.000 eleitores do Recife.

Espero que possamos, em equipe, realizar algo de útil no setor que nos foi confiado. Estamos todos engajados num processo de democratização, que não é apenas político, mas também econômico e cultural, que não atinge somente determinados setores da sociedade, mas é processo social total. A verificação desse fato leva-nos a duas conclusões fundamentais. Em primeiro lugar, a de que não se pode falar em democracia no sentido limitado de instituições políticas, como o são o governo representativo e o direito de voto, e sim no sentido amplo de tendência a uma difusão do poder na comunidade, compreendido o poder em todas as suas manifestações, sobretudo a política e a econômica. Em outras palavras, as maiorias populares não se limitam a lutar pela conquista do poder político, mas buscam também exercer o controle do poder econômico e isto se deve não à ação de forças desintegradoras e subversivas, mas ao próprio desenvolvimento e fortalecimento do processo democrático. Em segundo lugar, a de que há posições realmente antidemocráticas: primeira, a dos que procuram precipitar os fatos através do uso da violência, e, segunda, a dos que procuram impedir que a sociedade se transforme, tornando-se verdadeiramente democrática. Duas posições, portanto, realmente subversivas da ordem democrática, uma porque não se conforma em esperar pelo progresso social sólido, que é conquistado pelas decisões majoritárias, a outra porque não reconhece a tendência para o domínio das maiorias, em todos os setores da sociedade, domínio que está contido e reconhecido no próprio conceito de democracia.

Não há subversão, portanto, em constatar a existência de um processo de democratização global e lutar para que esse processo se torne mais fácil e rápido, com a eliminação dos obstáculos que se lhe opõem. Como também não é subversão lutar contra os privilégios de qualquer natureza, garantidos por uma ordem jurídica ultrapassada pela realidade social. Não é subversiva, ainda, a ação das maiorias populares buscando tornar-se efetivas detentoras do poder político e econômico. Nem subversão é afirmar que enquanto o poder econômico for detido por uma minoria, no seu direto e restrito interesse, a liberdade assegurada pelas normas constitucionais não poderá ser exercida integralmente, inclusive a liberdade de escolher representantes no governo democrático, que muitas vezes conquistam seus mandatos graças à interferência indébita e, essa sim, flagrantemente subversiva, dos grupos econômicos detentores do poder. Não constitui subversão, enfim, defender a democratização da cultura, elevando as massas, através da educação, ao nível de cultura superior de uma comunidade. Nada disto é subversão. Ao contrário, é apenas o cumprimento das obrigações dos verdadeiros democratas, que não temem a revolução social pacífica que se está verificando hoje em nosso país. De democratas que não conquistaram essa classificação graças ao dinheiro ou à propaganda organizada, mas sim ao contato direto e permanente com

o povo, sentindo-lhe o caráter específico e prestigiando a grande luta que empreende por sua afirmação.

Não é fácil, sem dúvida, efetuar transformações sociais profundas através do processo democrático. A constatação desse fato, porém, não nos pode levar nem ao sentimento de impotência ante o quadro que se nos depara, nem ao abandono de nossas convicções democráticas. As tarefas dificeis devem, ao invés de desanimar, estimular a ação dos indivíduos e grupos sociais. Por outro lado, a ditadura, qualquer que seja ela, conduz inevitavelmente ao esmagamento dos interesses majoritários, à violência e à insegurança, ao aniquilamento dos valores culturais legítimos, à uniformização esterilizante do pensamento, à mutilação do poder de criação artística, científica e literária.

Parece-me obrigação, de todos os que se identificam com o pensamento verdadeiramente democrático, a de repudiar as ditaduras, defendendo as instituições democráticas. Não quer dizer isto que estejam defendendo a democracia que aí está. Ao contrário, essa posição fortalece a denúncia, que têm o dever de fazer, dos defeitos e das contradições que a ordem apresenta. Cumpre, a cada um de nós, cidadãos brasileiros que somos, mostrar que nossa democracia é formal. Que o povo não participa realmente do poder. Que as eleições são, freqüentemente, adulteradas pela influência do poder econômico. Que não há igualdade, nem mesmo a igualdade perante a lei, onde a distribuição da renda nacional se faz de maneira tremendamente desigual. Que democracia não é sinônimo ou superestrutura de determinado sistema econômico. Que onde há pobreza e exploração não pode haver tranquilidade. Que essa tranquilidade não existe onde não é assegurada a todos os grupos sociais. Como diz Mannheim: "em uma idade como a nossa, é dificilmente imaginável que alguém possa pensar que os efeitos perniciosos, por exemplo, do desemprego, da desnutrição ou da falta de educação, possam ficar confinados dentro de certas classes da sociedade. A interdependência estrita dos acontecimentos que se dá na sociedade moderna faz com que afete a todos, igualmente, a intranqüilidade geral que se produz com a miséria física e espiritual".

Esta a missão dos democratas: participar ativamente do processo de democratização global da sociedade. Defender as instituições, mas não resumir nelas sua compreensão da democracia. Ver que existem outros mecanismos também fundamentais numa democracia e que não constituem propriamente instituições. Ver que existe, por exemplo, a organização popular, sobretudo a sindical, que atua através de pressões, fazendo valer a vontade dos grupos sociais que congrega. Ninguém poderá intitular-se de democrata se não compreende e reconhece que assim como não existe democracia onde não há governo representativo, não existe também democracia onde não se assegura, integralmente, o direito de organização, sobretudo aos trabalhadores, através dos seus sindicatos e também dos órgãos centrais, de âmbito estadual ou nacional.

Com estas palavras, assumo o cargo de Secretário de Educação e Cultura. Espero que possamos todos, na Secretaria, dar nossa colaboração à tarefa de educar o homem, integrando-o na comunidade, dando-lhe a compreensão da verdadeira posição que ocupa no grupo e na sociedade. Educar não apenas para o desenvolvimento, mas para a construção de uma sociedade nova, que nasce, na expressão de Laski, do ventre da sociedade velha. Educar para a democracia, mas a verdadeira, a autêntica. Educar para a tolerância, a paz, a compreensão e a solidariedade, que não são incompatíveis nem excluem a luta, único caminho para as conquistas sociais.

Espero que possamos colaborar também na tarefa de democratizar a cultura, assunto intimamente ligado à

educação. Significa isto, sobretudo, proporcionar o acesso à cultura de homens pertencentes a todas as classes ou grupos sociais, que tenham a oportunidade de satisfazer seus pendores, garantida por uma ordem social e econômica verdadeiramente democrática. Nesse setor, estaremos alertas contra o perigo das posições simplistas, como, por exemplo, a de tentar baixar a cultura de uma comunidade ao nível do poder de criação e entendimento das maiorias, ao invés de procurar elevar esse nível ao da cultura de qualidade superior. Ou a de entender, noutro exemplo, que arte popular é apenas a que possui conteúdo político, como se não fosse artista popular todo aquele que souber expressar, em suas realizações, as múltiplas variedades dos modos de ser, pensar, sentir e agir de um povo.

Nossa tarefa é ampla. Para realizá-la, buscaremos apoio das entidades existentes, especialmente de sindicatos e associações de bairros. Iremos ouvir e pedir a colaboração dos educadores, dos escritores, dos poetas e dos artistas do Recife, independentemente de posições político-partidárias, religiosas ou ideológicas. Esperamos, também, contar com o apoio e entusiasmo do funcionalismo da Secretaria, peça importante para o êxito de nosso trabalho.

Sabemos, porém, que é fundamental, para a execução dessa tarefa, uma perfeita coordenação com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, entregue à pessoa esclarecida e competente da Professora Anita Paes Barreto, e com o Movimento de Cultura Popular, que muito deve ao dinamismo do seu primeiro Presidente, professor Germano Coelho, e que é atualmente dirigido, com eficiência por todos proclamada, pelo Dr. Miguel Newton de Arraes Alencar. Essa coordenação será facilitada pela unidade de propósitos que caracteriza a ação desses três órgãos, a SENEC, o MCP e esta Secretaria. Mas será facilitada, sobretudo, pela identificação administrativa e política,

que nos compete preservar e fortalecer, existente entre o governo estadual e o governo municipal, e mais especificamente entre o Governador Miguel Arraes e o Prefeito Pelópidas Silveira.

Com este pensamento, aqui exposto, iniciamos hoje nosso trabalho. Com os pés no chão, firmemente plantados, esperamos cumprir, com a ajuda de todos, o dever que nos foi confiado.

ANEXO 7

NOS BASTIDORES DA POLÍTICA

LUIZ CISNEIROS

Não pensem que estou galhofando, quando digo ter sido Antônio Carlos Cintra do Amaral o grande vitorioso desse pleito municipal do Recife. Muito moço ainda - precisamente a mesma idade do meu filho mais velho, seu companheiro de peladas - ele ingressou na política de Pernambuco com alguma experiência administrativa, embora desconhecido das massas eleitorais que iriam decidir o pleito. Caráter de bom quilate, erudito de alto nível, se considerarmos sua juventude, Antônio Carlos Cintra do Amaral foi vencido por um concorrente politicamente mais amadurecido, que dispôs de uma tribuna parlamentar para projetar-se, conceituar-se e firmar-se perante o eleitorado recifense que o preferiu. Além disso, diga-se em letras de forma e em caixa alta, Augusto Lucena é um homem altamente categorizado - um candidato à altura da vitória alcançada.

Considero-me um incentivador incondicional da mocidade, quando ela, dentro das suas naturais limitações, se porta arrojadamente numa luta, quer seja eleitoral ou não, desde que se comporte com dignidade e altivez. Negome, porém, a aplaudir a farsa, que é uma forma teatral da hipocrisia. E Antônio Carlos tem a qualidade positiva de ser autêntico. Sua candidatura serviu, quando menos, para evitar que valores falsos tentassem arrombar, de gazua à mão, as portas da glória política que, apesar de efê-

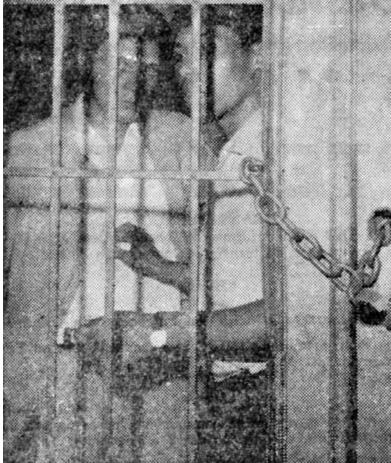
mera, muitos a cortejam, disputam e desejam. Inclusive na órbita da influência do Governo, muitos, por despeito, se omitiram quanto à candidatura do candidato vencido. Isso serviu para provar que Antônio Carlos foi mais uma vez vencedor. Compreendem?...

Este é o tipo do comentário que a gente escreve ao correr da pena, com a leveza de quem pratica uma boa ação, num mundo de incompreensões e falsidades.

Diário da Noite - 27 de agosto de 1963

ANEXO 8

EX-SECRETÁRIO E EX-PREFEITO INCLUIDOS ENTRE OS PRESOS POLÍTICOS DO ATO N.º 2



Antonio Carlos Cintra do Amaral, o primeiro ativista preso pela policia na tarde de ontem

Situação Nacional Mobilizou Autoridades E Motivou Viagem Do Secretário De Segurança

O 20 Ato Institucional degretado, ontem, pelo Presidente da República, repetiu na Secretaria da Segurança Publica, mesmo movimento verificado na manhã do dia 10, de abril do ano passado

Logo que as autoridades policiais, que já haviam determi-nado estado de alerta desde a manhā de ontem, tomaram conhecimento da oficialização do eto, iniciaram as primeiras providências, no sentido de evitar que os comunistas que escaparam à ação da Justiça, perturbassem a ordem da cidade. madas as primeiras providên-cias, o titular da Segurança Pu-blica, gal. Manuel Paz de Lima, viajou apressadamente ao Rio de Janeiro. Foi atender a um chamado urgente do gover-nador Paulo Guerra, que se en-contra hospitalizado na Guanacontra hospitalizado na Guana-bara. Sem qualquer solenidade, assumiu a pasta da Segurança Pública o Delegado Auxiliar, sr. Alvaro da Costa Lima, que solicitou uma reunião de tôdos os delegados especializados, paros delegados especializados, par-ticipando da mesma o delegado Distrital, sr. Batista Depois de um rápido mento, inicioa se uma ação de mento, iniciou-se uma lação de segurança em tôda r cidade,

com o deslocamento de 10 car-10s FM e 15 jipes. Enquanto isso, permaneciam na SSP algumas viaturas prontas para deslocar para o interior do Es-tado, em caso de necessidade. Essa tarefa do interior está con-

fiada à Policia Militar de Pernambuco. PRESOS

O delegado Alvaro da Costa Lima, no exercício do cargo de sceretário da Segurança, deterauxillares minoa aos seus Delegacia Auxiliar que inicias-sem imediatamente, um levansem imediatamente, um levan-tamento de todos os ativistas vermelhos, os nais perigosos, fichados na Revolução de 31 de março. Esses elementos, segun-do determinação policial, deve-riam, a Partir daquele monseato, ter seus passos observados.

Minutos depois das 16 horas, chegava à SSP o primeiro ativista prêso. Trata-se de Antô-nio Carlos Cintra do Amaral, ex-auxiliar direto do sr. Arraes e que se encontrava à disposição da Secretaria de Administração do Govêrno do Estado. Em seguida, deu-se a prisão do sr. Carlos Duarte, em companhia do seu filho Luis em companna do seu filho Luis Duarte, Não demorou muito, a polícia conduziu ao depósito de prêsos Alfredo Ferreira Filho. Paralelamente a essas prisões, registraram-se as intimações ao IV Exercito dos vereadores Ed-

PRESOS

CIRCULAR O sr. Alvaro da Costa Lima, visando controlar a ordem no interior do Estado, determinou a expedição de rádios a tôdas as autoridades interioranas, no sentido de que as mesmas es-

Exercito dos vereadores Ed-Oliveira e Sérgio

tivessem alertas quanto a qualquer perturbação da partida de elementos ordem comunistas. Determinou tambem caso fosse registrada qualquer anormalidade, teria a Secretaria da Segurança Pública de ser i-mediatamente informada.

APREENSÕES O pessoal da Delegacia liar, em ronda pela cidade, a-preendeu vários exemplares do primeiro numero do jornal RE-UNIÃO, editado no Rio de Ja-neiro, considerado pose policia de orientação subversiva. O distribuidor do Jornal nesta capital foi preso, assim como to-

dos os gazeteiros.
COMPLEMENTO Em palestra com a reportagem do DIARIO, em meio às provi-dencias que adotava, disse o sr. Alvaro da Costa Lima a respeito do Ato Institucional n. 2.

«Esse ato, como complemento
do n. 1. veio nos propiciar
melos para que se extermine,
de uma vez por tódas os mensageiros de Moscou, no Brasil, já se consideravam lecidos para voltar a instalar a-quele clima de corrupção que

por pouco não atirou nossa Pá-tria ao abismo.

Esta é a hora dos bons brasi-sirios voltarem a se univ. a fim de que possames conduzir o Brasil, com mais rapidez, pela sua trilha do progresso. Acredito que todo o brasileiro, ama a sua Patria, está de acôrdo com os novos rumos toma a Nação, em busca da re-

toma a Nagaro,
cuperaçãos.
Com relação às providências
adotadas, como secretário da
Segurança Pública, disse o sr.
Alvaro da Costa Lima: «Têda
a medida policial adotada esta
a medida policial adotada esta tado vive na mais completa calma, embora, vez por outra a-meaçada por alguns agentes de Moscou, os quais, graças à nos-sa vigilância não têm tido tem-po de consumar seus planos. Terminaram e terminarão no xadreza

Finalizando, disse: «Não pen-sem os comunistas, trotskistas ou outros ativistas que vivem a serviço de Moscou, ou Cuba, que não estamos em dias com tôdos os seus planos após-revo-lução. Se botarem as unhas de fora, serão prêsos».

SEGURANÇA

As 17 horas, comunicou-se diretamente com a Secretaria da Segurança Pública, o Diretor do Departamento Federal de Segurança Pública, gal, Riograndi-no Kruel. Desejava saber a maneira como havia sido rece-bida, em Pernambuco, a notícia do 20. Ato Institucional. O che-fe de Gabinete, sr. Armando Samico comunicou-lhe que Pernambuco estava em paz, o co-mercio funcionando normalmente e que o Ato apenas era objeto de palestra entre os que se interessam pelo assunto.

ANEXO FINAL

BARBOSA LIMA SOBRINHO

ANTÔNIO CARLOS CINTRA DO AMARAL

Minha mãe, Maria Clarice Cintra do Amaral, nascida Cintra Lima, era a mais velha. Dois anos após, nasceu o irmão Alexandre José, que, posteriormente, em homenagem ao tio ilustre, se chamou Barbosa Lima Sobrinho.

Tive contato com meu tio, pela primeira vez, aos 12 anos. Meu pai, por coincidência também Alexandre, só que Amaral, havia falecido em 1942. Em 1945, morei, durante seis meses, no Rio de Janeiro, no apartamento do meu irmão, chamado, não por coincidência, Alexandre José.

Nos fins de semana, costumava ir à casa de meu tio, à Rua Assunção, 77. A mesma casa onde mora até hoje. Mudou, apenas, o número, que passou a ser 217. Lá, costumava jogar futebol, no gramado do quintal. Com meus primos Roberto, de minha idade, e Fernando, um ano mais moço. Muitas vezes com a participação ativa de meu tio, que, aficionado do futebol, nos levava, com freqüência, ao estádio das Laranjeiras, para assistir aos jogos do seu Fluminense. Eu, que já era, apesar da idade, torcedor apaixonado do Náutico, adquiri, nessa época, igual paixão pelo Fluminense, cujos jogos passei a acompanhar, quando voltei para o Recife, pelas transmissões das rádios do Rio de Janeiro.

Voltei a ter contato com meu tio em 1946, em sua campanha para governador. Foi na casa de minha mãe, à Rua Carlos Chagas, que ele se hospedou. Era grande a confusão. Entrava e saía gente, discutia-se política, realizavam-se co-

mícios. Lembro-me, nessa época, de pessoas que freqüentavam minha casa e que, depois, vieram a ter destaque político no Estado. Nilo Coelho, Clélio Lemos e Luiz de Magalhães MeIo, por exemplo.

Vencida a batalha da eleição, meu tio iniciou, no Rio de Janeiro, a batalha da posse. Após muita confusão e demora, lembro-me de que fui ao aeroporto recebê-lo, como Governador a ser empossado. Ele, minha tia Maria José, meus quatro primos, o cachorro e o papagaio, estes de Lúcia, minha prima.

De seu Governo, recordo-me, sobretudo, de duas coisas: (a) os jardins do Palácio das Princesas eram muito bonitos; e (b) ele me deu minha primeira bola oficial de futebol. Lembro-me, também, de que minha mãe não gostou nada desse presente. Meu sonho, na época, era ser jogador de futebol, com o que ela absolutamente não concordava. De qualquer modo, meu tio era meu ídolo. Por isso, decidi estudar Direito.

Passei a conviver mais com meu tio em 1954. Candidato ele ao Senado, tive oportunidade de acompanhá-Io por todo o interior de Pernambuco. Às vezes, cansado com as viagens, admirava-me sua resistência física, 36 anos mais velho do que eu. Certa vez, um jornal do Recife – se não me falha a memória, o *Jornal Pequeno* – disse que Barbosa Lima Sobrinho viajava pelo interior do Estado acompanhado de seu "valet de chambre". Na época, isso me enfureceu. Hoje, porém, talvez fizesse constar no meu "curriculum vitae", com um certo orgulho, que, em 1954, fui "valet de chambre" de Barbosa Lima Sobrinho, em sua campanha eleitoral para o Senado...

Em 1958, participei de sua campanha para deputado federal. Dessa vez, com menor intensidade, já que me formara recentemente (1956) e estava voltado, prioritariamente, para minha recém-iniciada atividade profissional.

Voltei a participar, com ele, de atividade político-eleitoral, em 1962. Trabalhei ativamente por sua candidatura, que tanto podia ser a deputado federal, quanto a senador. Confesso que, na época, não consegui entender o porquê de haver ele preferido o desafio da candidatura ao Senado, enfrentando Pessoa de Queiroz e José Ermírio, a aceitar uma cômoda reeleição para a Câmara de Deputados. Hoje, percebo claramente que sua vida tem sido pautada pelo enfrentamento de desafios. Ele nunca foi homem de aceitar soluções cômodas, simplesmente por serem pragmáticas.

A lembrança desses episódios me leva à conclusão de que a biografia de meu tio não pode ser escrita sem uma referência especial a minha mãe. Ela o hospedou em 34, quando candidato a deputado federal. Ela o hospedou em 46, em 54, em 58 e em 62. Não somente lhe deu hospedagem. Deu-lhe apoio logístico e participava, ativamente, de reuniões políticas realizadas em sua casa. Meu tio, brincando, dizia que minha mãe – que faleceu aos 97 anos – era mais política do que ele.

O destino me trouxe, em fins de 1965, para São Paulo. Aqui, continuei tendo contato permanente com meu tio. Até mais freqüentemente, porque encurtara a distância geográfica. Continuo leitor habitual de seus artigos. Neles, leio um alerta permanente de que temos uma história e uma cultura nacional a respeitar. Uma preocupação constante com o social e o ético. Em nenhum momento leio oposição ao processo – inevitável – de globalização, mas a defesa de que a inserção do País nesse processo seja feita sem sacrificio de sua soberania e dos interesses nacionais.

À medida que o tempo passa, mais cresce minha admiração por meu tio. A quem dediquei meu primeiro livro ("Extinção do Ato Administrativo", publicado em 1978), com palavras que repito, porque continuam atuais: "A Barbosa Lima Sobrinho somos ligado não apenas por laços

familiares, na qualidade de seu sobrinho e amigo, mas sobretudo por uma profunda admiração, especialmente pela juventude intelectual e permanente renovação de idéias, que apresenta ainda hoje, como se a idade representasse para ele apenas uma abstração".

Depoimento publicado em Barbosa Lima Sobrinho – Monumento Vivo, coordenado por Arthur Carvalho, Editora Comunicarte, Recife, 1997, pp. 35 a 38, em homenagem ao seu centésimo aniversário.

ANTÔNIO CARLOS CINTRA DO AMARAL escreve, com a concisão que lhe é peculiar, sobre suas memórias referentes ao tempo em que exerceu atividade política em Pernambuco, seu Estado natal, abrangendo inclusive o período de abril de 1964 a novembro de 1965, em que sofreu diretamente as conseqüências dessa atividade.

Exerceu os cargos de Chefe de Gabinete do Prefeito do Recife, Secretário Assistente do Governo do Estado de Pernambuco e Secretário de Educação e Cultura da Prefeitura do Recife, função que ocupava por ocasião do Golpe de 1964. Foi quase candidato a Prefeito do Recife e candidato derrotado a Vice-Prefeito. Preso duas vezes, decidiu rumar para o Sul do País, mais especificamente São Paulo, onde vive há mais de quarenta anos.

O autor sugere, no Prefácio, que o leitor não precisará de muito esforço para imaginar que sua experiência foi comum a uma geração de jovens idealistas, que viam a Política como uma vocação. "Uma geração que via o futuro com otimismo. Uma geração que teve sua trajetória política cassada. **Uma geração proscrita**."

